

PREVIDÊNCIA
Tudo sobre a
nova proposta

FAP
Seguro tem
nova regra

EVENTO
A 9ª Olimpíada do
Conhecimento

Indústria **BRASILEIRA**

Revista da Confederação Nacional da Indústria | Ano 1 | nº 8 | Dezembro 2016

PRIMEIROS PASSOS

DEPOIS DA PIOR RECESSÃO
DA HISTÓRIA, ECONOMIA
BRASILEIRA DEVERÁ TER
DISCRETO CRESCIMENTO EM 2017



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA



LOWEAT



OLIMPÍADA DO
CONHECIMENTO
SENAI SESI

A OLIMPÍADA DO CONHECIMENTO TEM UM GRANDE VENCEDOR: O FUTURO DO NOSSO PAÍS.

1.200 PARTICIPANTES
50 PROFISSÕES EM **7** GRANDES DESAFIOS
8.800 PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS
17 MIL ALUNOS DE **130** ESCOLAS
MAIS DE **118 MIL** VISITANTES

A Olimpíada do Conhecimento foi um sucesso. De 10 a 13 de novembro mais de 118 mil visitantes passaram por esse grande evento que mostrou a força da Educação Profissional. Em um espaço de mais de 50 mil metros quadrados, os jovens puderam ver o dia a dia das profissões, assistir a competições com desafios por equipe e individuais, participar de palestras e muito mais. Os alunos do SENAI, dos Institutos Federais de Educação, do Sesi e da Rede Pública de Ensino mostraram seu talento e inspiraram milhares de estudantes que estão em busca de uma carreira de sucesso.

Agora, faça como eles e Escolha Sucesso. Escolha Educação Profissional.

Acesse o site, veja as fotos e fique sabendo de todos os detalhes.

ESCOLHA VENCER.
**ESCOLHA
SENAI!**

www.senaiolimpiadas.com.br

[f/olimpiadasenai](https://www.facebook.com/olimpiadasenai) [@/senaiolimpiada](https://www.instagram.com/senaiolimpiada)
[y/SENAI_olimpiada](https://www.youtube.com/channel/UC...) [y/SenaiOlimpiada](https://www.youtube.com/channel/UC...)
[y/senaiolimpiada](https://www.youtube.com/channel/UC...)

Patrocínio Master



Realização



CARTA AO LEITOR

A pesar da sucessão vertiginosa de eventos críticos que abalaram a política e a economia brasileiras, o ano de 2016 termina sem dar, ainda, alívio aos expectadores. As incertezas continuam dominando o cenário nacional, sejam elas ligadas à estabilidade dos ocupantes dos principais cargos da República, sejam associadas ao resultado dos esforços da equipe econômica em reativar a atividade produtiva depois de dois anos de grave recessão.

Na reportagem de capa desta edição, economistas e pesquisadores da Confederação Nacional da Indústria (CNI), do mercado e da academia fazem um balanço sobre o que esperar de 2017. O denominador comum é que haverá uma discreta recuperação nos principais indicadores de atividade, acompanhados, provavelmente, por inflação mais baixa do que a dos últimos anos e taxa de juros declinante, em busca de um estímulo monetário à produção.

Algun auspício neste fim de ano veio com a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que estabelece teto de gastos para o governo federal pelos próximos 20 anos. Mas outros sinais ainda precisam ratificar um compromisso rigoroso do governo federal com o ajuste fiscal. O maior deles, estrutural, segundo os especialistas, é a aprovação da reforma da Previdência, tema de reportagem especial sobre a agenda do Congresso Nacional.

A revista ouviu duas lideranças influentes no debate previdenciário dentro do Poder Legislativo: o deputado federal Darcísio Perondi (PMDB-RS) e o ex-ministro e senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). Ambos têm visão otimista sobre a viabilidade da reforma proposta pelo governo. Em outra entrevista, o secretário de Previdência Social, Marcelo Caetano, explica os principais detalhes do texto.

No campo da representação institucional, esta edição chama a atenção para uma conquista importante na agenda da CNI: a exclusão dos acidentes de trajeto no cálculo do seguro acidente de trabalho. Depois de dois anos de discussões no âmbito do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), agora só os acidentes de trabalho incidirão sobre esse cálculo.

Finalmente, a revista não poderia deixar de registrar, com ampla cobertura, a 9ª Olimpíada do Conhecimento 2016, maior competição do ensino profissional das Américas, realizada em Brasília, neste ano. O trabalho da nova geração uniu alta tecnologia, inovação e sustentabilidade, elementos fundamentais da nova indústria.

Boa leitura!

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

PRESIDENTE

Robson Braga de Andrade

VICE-PRESIDENTES

Paulo Antonio Skaf; Antônio Carlos da Silva; Paulo Afonso Ferreira; Paulo Gilberto Fernandes Tigre; Flavio José Cavalcanti de Azevedo; Glauco José Côrte; Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira; Edson Luiz Campagnolo; Jorge Parente Frota Júnior; Eduardo Prado De Oliveira; Jandir José Milan; José Conrado Azevedo Santos; Antonio José De Moraes Souza Filho; Marcos Guerra; Olavo Machado Júnior.

DIRETORES

Francisco de Assis Benevides Gadelha; José Carlos Lyra de Andrade; Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan; Jorge Wicks Côrte Real; Sérgio Marcolino Longen; Antonio Rocha da Silva; Heitor José Müller; Carlos Mariani Bittencourt; Amaro Sales De Araújo; Pedro Alves De Oliveira; Edilson Baldez Das Neves; Roberto Proença De Macêdo; Roberto Magno Martins Pires; Rivaldo Fernandes Neves; Denis Roberto Baú; Carlos Takashi Sasai; João Francisco Salomão; Julio Augusto Miranda Filho; Roberto Cavalcanti Ribeiro; Ricardo Essinger.

CONSELHO FISCAL

João Oliveira de Albuquerque; José da Silva Nogueira Filho; Francisco de Sales Alencar; Célio Batista Alves; José Francisco Veloso Ribeiro; Clerlânio Fernandes de Holanda.

DIRCOM – Diretoria de Comunicação CNI/SESI/SENAI/IEL

Diretor

Carlos Barreiros

Gerente-executivo de Jornalismo

Rodrigo Caetano

DESENVOLVIMENTO e PRODUÇÃO FSB COMUNICAÇÃO

Consultor editorial

Wladimir Gramacho

Jornalista responsável

Rachel Mello (DF 3877/95)

Reportagem

Beatriz Borges

Isabel Sobral

Rodrigo Craveiro

Vivaldo de Sousa

Projeto gráfico e editoração

Armando Salmito | FSB Design

Revisão de texto

Renata Portella

Informações técnicas: (61) 3317-9472

Fax: (61) 3317-9456

email: revistacni@cni.org.br

Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.



ARTIGO DO
PRESIDENTE

6



SUMÁRIO

INDÚSTRIA EM AÇÃO

FAP
Atuação da CNI muda regras sobre acidentes no trabalho **8**

BRIEFING DIPLOMÁTICO
Eleição de Trump traz incertezas **10**

DIÁLOGOS
Especialistas debatem cenários sobre o país **12**

CONVÊNIO
CNI e BNDES vão ampliar informação sobre crédito **14**

INDÚSTRIA EM AÇÃO
SESI apresenta coleção de vídeos sobre segurança laboral **16**

AGENDA LEGISLATIVA

PETROBRAS
Cai regra de participação obrigatória da estatal **18**

PREVIDÊNCIA
Reportagem apresenta diagnóstico e principais pontos da reforma **20**

GARIBALDI ALVES
Senador e ex-ministro diz que votação deve ocorrer em 2017 **24**

DARCÍSIO PERONDI
Deputado defende mudanças na previdência dos militares **26**

COMPETITIVIDADE

BLOCO K
Novas regras tributárias para as empresas **28**

COMPETITIVIDADE



MERCOSUL
CNI defende acordo com União Europeia **30**

JAPÃO
Pesquisa mostra que empresários querem aproximação **32**

TERMÔMETRO ECONÔMICO

ICEI
Incertezas sobre recuperação da confiança **33**

QUEDA
Sondagem Industrial mostra recuo na produção **34**

TERMÔMETRO ECONÔMICO
Indicadores mostram resistência da recessão **36**

CAPA



REPORTAGEM DE CAPA
O que esperar de 2017 **38**

PERGUNTAS PARA

REFORMA
Marcelo Caetano explica pontos críticos da proposta do governo **42**

GIRO BRASIL

GIRO BRASIL
SENAI do Ceará leva experiência a Moçambique **44**

GIRO GLOBAL



GIRO GLOBAL
Gênero ainda é desafio nas empresas, diz Amcham **46**

SESI / SENAI / IEL

TRABALHO
Mapa revela número e perfil dos empregos na indústria até 2020 **48**

OLÍMPIADA DO CONHECIMENTO
Tudo sobre o evento de 2016 **50**

POR UM 2017 MELHOR

Com 2016 próximo de seu desfecho, estamos na época em que nos sentimos compelidos a fazer um balanço do ano que passa e previsões para o que chega. Não há dúvida de que atravessamos um dos períodos mais conturbados de nossa história recente, que gostaríamos de ver encerrado e definitivamente superado. Contudo, é preciso reconhecer que a gravidade das crises econômica e política deixou sequelas no país e, embora já tenhamos colhido avanços que nos dão esperança, tempos difíceis ainda estão por vir.

Para 2017, o desejo da indústria brasileira é por uma significativa redução das incertezas que tornam nosso processo de recuperação mais arrastado do que almejam cidadãos e empresas. A aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que impõe um teto para o crescimento do gasto público consumará um passo fundamental para que o

Brasil adote uma nova cultura administrativa, pautada pela disciplina fiscal, e pela qualidade e efetividade dos gastos públicos.

É imprescindível que tal atitude se dissemine pelos estados. A situação financeira apresentada pela grande maioria das unidades da Federação apenas agrava o quadro nacional e representa um fator adicional de risco para a retomada da atividade econômica. Pouco adianta sanar as contas federais quando vários estados se encontram à beira da insolvência e sob a irresistível pressão por elevar impostos, aumentando o já insustentável ônus tributário sobre a sociedade.

A disposição manifesta de governadores de adotarem modelo de disciplina fiscal como o previsto na PEC do Teto é sinal positivo. Como mostram números do Tesouro Nacional, o desajuste nos orçamentos estaduais é estrutural, agravado pela escalada

nos gastos com pessoal, que cresceram 39% de 2009 a 2015 e confrontam a Lei de Responsabilidade Fiscal. A indústria brasileira confia que as assembleias legislativas serão sensíveis, como o Congresso Nacional tem sido, ao inadiável saneamento das contas públicas.

Entre altos e baixos, há motivos para comemorar. A aprovação pelo Congresso Nacional da proposta que desobriga a Petrobras de ser operadora única em blocos do pré-sal tem potencial para reativar um setor estratégico da economia, cuja cadeia produtiva já respondeu por 52% do investimento industrial brasileiro. Além das boas notícias que voltam a surgir da estatal, pode-se esperar que o setor de óleo e gás recupere o vigor, reativando projetos com impacto positivo sobre o emprego e o desenvolvimento regional.

É preciso, entretanto, chamar a atenção para a expectativa de empresas e consumidores. Depois de surpreendente recuperação, entre abril e setembro, o Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei) apresentou quedas consecutivas nos últimos dois meses. Na mesma direção seguiu o Índice Nacional de Expectativa do Consumidor (Inec) de novembro, com aumento do pessimismo em relação à inflação, ao emprego e à renda.

Tal comportamento de indicadores que antecipam movimentos relevantes da economia é preocupante. Pode sinalizar que o mundo político reluta em

tomar as decisões necessárias para a recuperação da confiança da população e dos agentes econômicos. A indústria confia que o governo terá capacidade de assegurar a estabilidade política necessária para que as instituições suplantem os entraves históricos ao desenvolvimento do Brasil. Que todos nós, brasileiros, tenhamos um 2017 melhor que este ano que acaba.



Foto: Miguel Ângelo / CNI

Robson Braga de Andrade

ACIDENTES DE TRAJETO FORA DO FAP

APÓS MAIS DE DOIS ANOS DE DISCUSSÕES E ATUAÇÃO INTENSA DA CNI,
EMPRESAS NÃO PRECISARÃO PAGAR A MAIS SOBRE SEGURO DE ACIDENTE
OCORRIDO NO TRAJETO CASA-TRABALHO-CASA

Foram 27 meses de impasse. A cada reunião do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), mudanças aguardadas pelo setor privado no Fator Acidentário de Prevenção (FAP) acabavam excluídas da pauta. Em 17 de novembro, porém, o colegiado pôs em votação os seis itens debatidos à exaustão desde agosto de 2014. Ao fim do encontro, por volta do meio-dia, cinco itens da pauta defendida foram aprovados, resultando na remoção de pontos que causavam custos injustificados para as empresas brasileiras.

Em vigor desde 2010, o FAP – uma variável que incide na alíquota do seguro acidente de trabalho – foi criado para estimular as empresas a investir na prevenção de acidentes laborais. Sua premissa básica era recompensar aquelas que melhorassem seus indicadores, ao reduzir pela metade a alíquota do Risco Acidentário de Trabalho (RAT) – antigo Seguro Acidente de Trabalho, e punir a organização com resultados piores que a média de seu setor, multiplicando o percentual de contribuição por dois. Mudanças feitas na forma de

cálculo do FAP, no entanto, criaram graves distorções no instrumento.

A principal delas foi a inclusão no cálculo do FAP dos acidentes sofridos por trabalhadores no percurso entre a casa e o trabalho e vice-versa. Chamados de acidentes de trajeto, esses casos eram contabilizados como se tivessem ocorrido nas dependências da empresa. Dessa forma, ainda que nenhum trabalhador tivesse se acidentado dentro do ambiente da empresa, ao longo do ano, os eventuais acidentes de trânsito sofridos por funcionários eram computados no FAP, com impacto sobre a alíquota devida do seguro.

“Não faz sentido que acidentes em nada relacionados com o ambiente de trabalho façam parte do cálculo do FAP. Na prática, empresas que efetivamente investiam em prevenção vinham sendo punidas por casos ocorridos totalmente fora do alcance de qualquer programa de segurança do trabalho”, observa Mônica Messenberg, diretora da Relações Institucionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI). A entidade foi a principal articuladora das mudanças no Fator.

Além do ônus indevido por causa da distorção na forma de cálculo do FAP, o peso desta conta vinha crescendo continuamente para as empresas. Dados da Previdência Social mostram que, entre 2007 e 2014, o número de acidentes de trajeto cresceu 46,2%, chegando a 115.551 casos. Nesse mesmo período, o total de acidentes de trabalho subiu 7,8%, diante de uma expansão de 31,8% do mercado formal de trabalho.

Ou seja, as ocorrências no percurso casa-trabalho-casa cresceram em proporção significativamente superior à média de acidentes. O número, aliás, está na contramão da tendência nacional, que tem sido de redução constante na taxa acidentária. Se, em 2007, a Previdência Social registrou 210 a cada 100 mil trabalhadores, em 2014, a proporção havia subido 10,9%, para 233 casos a cada 100 mil trabalhadores. Em contraste, houve queda de 18,2% na taxa acidentária geral: de 1.378 para 1.127 casos a cada 100 mil trabalhadores.

“As empresas, sobretudo as da indústria, têm se dedicado a adotar políticas de prevenção de acidentes, saúde

e segurança no trabalho, o que tem refletido positivamente no ambiente laboral”, lembra Mônica Messenberg. Por outro lado, afirma, é preciso avançar em políticas públicas voltadas à segurança no trânsito. Para se ter ideia, em 2013, dos 2.797 óbitos registrados como acidentes de trabalho, 43,4% ocorreram no percurso casa-trabalho-casa e os gastos da Previdência Social com benefícios acidentários chegaram a R\$ 20,3 bilhões.

Além da exclusão dos acidentes de trajeto do cálculo do FAP, a reunião do CNPS, de 17 de novembro, aprovou outras quatro alterações de interesse do

setor privado que afetam o cálculo do multiplicador. Defendido como ponto prioritário pela CNI, os acidentes de trabalho com afastamento inferior a 15 dias – período em que o trabalhador é remunerado pela empresa e no qual não há custo para a Previdência Social com o pagamento de benefício acidentário – também deixaram de ser computados no FAP.

Outro aprimoramento, que dará mais transparência ao cálculo do FAP, é a exclusão do que se chama de trava de rotatividade. Pela regra anterior, as empresas que tinham bônus em vigor – redução na alíquota do seguro acidente

devido a bons indicadores de segurança – perdiam a redução se tivessem rotatividade do quadro de funcionários superior a 75%, punindo as empresas mesmo quando o trabalhador pedia a rescisão de seu contrato. Agora, o FAP só levará em conta a demissão por iniciativa do empregador.

As mudanças promovidas pelo CNPS nas regras do FAP serão aplicadas nos cálculos realizados em 2017 e serão sentidas pelas empresas no ano seguinte. Elas apenas alteram a forma de cálculo do fator e não excluem ou reduzem os benefícios acidentários previstos pela Previdência Social.

ENTENDA A MUDANÇA



O que é o FAP

Criado em 2003 e em vigor desde 2010, o Fator Acidentário de Prevenção (FAP) é um instrumento de incentivo às ações de prevenção de acidentes pelas empresas



Como funciona

O FAP é um multiplicador que pode reduzir em 50% ou aumentar em 100% as alíquotas dos Riscos Ambientais de Trabalho (RAT) – antigo Seguro Acidente de Trabalho –, que incidem em 1%, 2% ou 3% sobre a folha de pagamento da empresa



Como é calculado

Feito individualmente por estabelecimento, comparando empresas do mesmo setor. Assim, uma empresa com bons índices acidentários e RAT de 1% pode ter sua contribuição reduzida para 0,5%. Na contramão, a empresa com indicadores negativos pode ter a alíquota elevada para 2%



Acidentes de trajeto

Casos registrados no percurso casa-trabalho-casa continuam sendo catalogados como acidentes de trabalho, mas deixam de entrar no cálculo do FAP da empresa



Afastamento inferior a 15 dias

Apenas acidentes com afastamento superior a esse período, que ensejem pagamento de benefício acidentário pela Previdência Social, bem como óbitos, serão computados no FAP



Trava de rotatividade

Somente demissões por iniciativa do empregador serão incluídas na taxa de rotatividade, que pode levar à perda da faixa bônus do FAP (redução na alíquota)



Travas por morte e invalidez

Em caso de morte ou invalidez por acidente, a empresa perdia direito à faixa bônus por dois anos. A perda agora será unicamente no primeiro ano



Regra de desempate

Torna mais claro o critério para desempatar empresas do mesmo setor no FAP, que terá impacto no cálculo das alíquotas de cada estabelecimento

FATOR TRUMP

IMPACTO DA VITÓRIA DE DONALD TRUMP, NAS ELEIÇÕES DOS ESTADOS UNIDOS, SOBRE A ECONOMIA BRASILEIRA É DESTAQUE DA 6ª EDIÇÃO DO BRIEFING DIPLOMÁTICO DA CNI

Quinta-feira, 10 de novembro, 10h10. O 6º *Briefing* Diplomático havia começado fazia poucos minutos, e o dólar disparava 2,6%, cotado a R\$ 3,293. A reação nervosa do mercado à eleição do republicano Donald Trump à Presidência dos Estados Unidos (EUA), na véspera, deu o tom do evento que a Confederação Nacional da Indústria (CNI) promove, a cada semestre, para a comunidade diplomática de Brasília, com o intuito de analisar o cenário da indústria e da economia brasileira.

Diante das incertezas sobre como a economia mundial reagirá às políticas interna e externa de Trump quando assumir a Casa Branca, os convidados aproveitaram o encontro para indagar sobre as perspectivas de recuperação da economia brasileira. Uma parcela dos 120 diplomatas, dos 83 países presentes, questionou como as exportações do Brasil seriam afetadas com uma guinada protecionista de seu segundo maior parceiro comercial – atrás apenas da China –, caso o presidente eleito colosse em prática seu discurso de sobretaxar importados.

Para o diretor de Políticas e Estratégia da CNI, José Augusto Fernandes, não deve ser esperado um impacto expressivo das eleições de Trump sobre a relação comercial Brasil-Estados Unidos. Os impactos mais importantes, segundo ele, devem ser os indiretos derivados dos efeitos sobre a economia global e os fluxos de capital. Ele ressalta que uma mudança brusca na política externa americana pode ser ruim para as próprias empresas norte-americanas. “Como elas têm rede de produção globalizada e espalhada por diversas partes do mundo, em caso de saída de acordos comerciais, elas próprias poderiam ser prejudicadas”, disse.

“Apesar das preocupações com o futuro ocupante da Casa Branca, é o cenário doméstico brasileiro que ditará o ritmo de recuperação da economia nos próximos anos. Há melhora nos indicadores de confiança de empresários e de consumidores e a relação com o Executivo e com o Legislativo tem sido construtiva”, pontuou Fernandes. Além disso, a produção industrial parou de cair após dois anos acumulando resultados negativos.

A volta do crescimento sustentado só ocorrerá com a recuperação do equilíbrio das contas públicas, que exige duas medidas estruturais: a definição de um teto para os gastos públicos e a reforma da Previdência Social. A primeira medida, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 241, avançou com tranquilidade na Câmara dos Deputados e tinha aprovação segura no Senado quando esta edição foi concluída. A expectativa era de que seria aprovada e promulgada em dezembro deste ano. A segunda, no entanto, carece, ainda, de proposta formal, não tendo sido encaminhada ao parlamento.

Durante o *Briefing*, também foi apresentado um balanço de medidas que visam à melhoria do ambiente de negócios e que já tramitam no Congresso Nacional ou se encontram em discussão no âmbito do governo federal.

Outros pontos expostos aos diplomatas presentes no evento foram as decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF), em que se reconheceu a negociação coletiva e se proibiu a desaposentação – dois importantes avanços jurídicos rumo à modernização das relações de trabalho e à redução da pressão sobre as contas públicas.



Foto: JStone / Shutterstock.com

Apesar das incógnitas, Brasil deve ditar seu ritmo de recuperação, diz José Augusto Fernandes

CICLO DIÁLOGOS DEBATE MUDANÇAS NO PAÍS E NO MUNDO

EVENTO REUNIU EMPRESÁRIOS E ECONOMISTAS NA PRIMEIRA RODADA DE DISCUSSÕES PARA ELABORAÇÃO DO PRÓXIMO MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA



Uma oportunidade valiosa para debater os rumos da economia e as soluções para o desenvolvimento do país. Em 24 de outubro, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) promoveu, em seu escritório de São Paulo, a primeira rodada da série *Diálogos: os caminhos para a Indústria*. O evento contou com a participação de grandes nomes do pensamento econômico brasileiro, como Marcos Lutz, presidente da empresa de energia e combustíveis Cosan, Gilberto Peralta, presidente da General Electric (GE) no Brasil, os professores André Portela e Isaías Coelho, ambos da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o presidente do Inspier, Marcos Lisboa, o sócio da consultoria MB Associados, José Roberto Mendonça de Barros, e José Augusto Fernandes, diretor de Políticas e Estratégia da CNI.

“Foi um ponto de partida para a revisão do *Mapa Estratégico da Indústria 2013-2022*,

que começa a refletir as mudanças no Brasil e no mundo”, afirmou Fernandes, ao explicar que a agenda da CNI trabalha com dois momentos: a conclusão do mandato do presidente Michel Temer e as eleições de 2018. Segundo o diretor da CNI, o progresso da indústria envolve o desafio de impactar os desequilíbrios macroeconômicos. Fernandes crê que a solução passa pela conclusão da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que limita os gastos e pela reforma da Previdência. “Isso serviria para criar um círculo mais virtuoso

da política macroeconômica e para proporcionar melhoria nos negócios”.

Segundo Peralta, presidente da GE, “eventos como os promovidos pela CNI são importantes para que novas soluções sejam discutidas e para que deixemos de ficar apenas no campo das ideias”. O executivo considera importante, por exemplo, ampliar as parcerias entre os setores público e privado. “Esses encontros também servem de incentivo à inovação, fator primordial para que as empresas atuantes no Brasil tenham mais

públicas e reformar o sistema tributário para desonerar a produção. Também foi consenso entre os empresários a percepção de que o Brasil necessita de regras claras e duradouras, para captar investimentos em infraestrutura, manter a qualificação e a estabilidade das instituições e não haver uma interferência exagerada do Estado na economia.

Pesquisador sênior do Núcleo de Estudos Fiscais da FGV, Isaías Coelho considerou que o evento avançou bastante no debate e sugeriu novas discussões

com menor foco nos problemas e mais nas soluções para o crescimento da indústria brasileira e para a melhoria da competitividade.

Segundo Coelho, a retomada do progresso econômico no país exige uma série de ações. “(Temos tanto o que ajustar) que teremos resultados, independentemente do lado para o qual conduziremos as melhorias.

Temos que mudar o sis-

tema tributário, a fim de torná-lo menos punitivo à iniciativa econômica, o previdenciário, para dar equilíbrio fiscal, e o financeiro, para restaurar a integridade da poupança”, afirmou. O pesquisador também cita necessidade de aprimoramento nos campos trabalhista e educacional, na estruturação da governança das empresas, no combate à corrupção e na eficiência da gestão pública. A lista é longa e impõe ao país necessidades regulatórias viáveis apenas para governos com coalizões amplas e com força legislativa, contexto diferente do atual.

“Eventos como os produzidos pela CNI são importantes para que novas soluções sejam discutidas e para que deixemos de ficar apenas no campo das ideias”

Gilberto Peralta, presidente da General Electric (GE) no Brasil

produtividade”, avaliou o empresário.

Peralta aposta que a intensa burocracia, um sistema oneroso de impostos e entraves fiscais e trabalhistas são os fatores que impedem o aumento da produtividade da indústria brasileira. “São necessárias políticas públicas mais claras e processos mais ágeis. Precisamos mostrar aos investidores externos que temos condições favoráveis, para que passem a investir mais no país”.

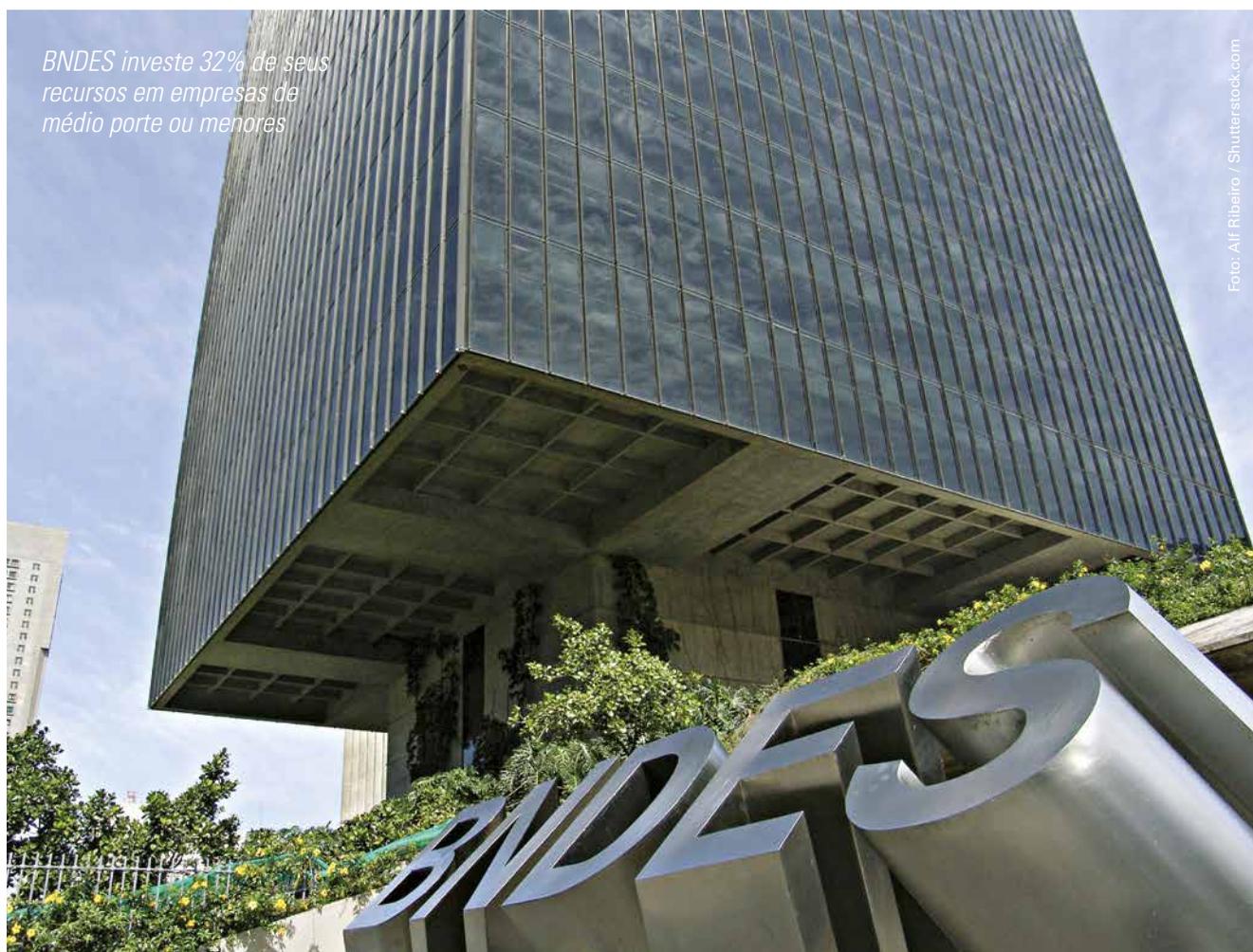
Os participantes do encontro em São Paulo defendem que o Brasil precisa buscar o equilíbrio das contas

PARA AMPLIAR O ACESSO AO CRÉDITO

CONVÊNIO ENTRE CNI E BNDES BUSCA APRIMORAR ORIENTAÇÃO SOBRE FINANCIAMENTOS PARA EMPRESAS DE MICRO, PEQUENO E MÉDIO PORTE

BNDES investe 32% de seus recursos em empresas de médio porte ou maiores

Foto: Alf Ribeiro / Shutterstock.com



A escolha pela linha de crédito é decisão estratégica para uma empresa. A opção por um financiamento em condições desfavoráveis, por exemplo, pode acarretar graves consequências para a saúde financeira da companhia. Com o intuito de ampliar o acesso a informações sobre crédito para micro, pequenas e médias empresas, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) firmou convênio com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a fim de ampliar a divulgação de linhas disponíveis e o acesso a recursos estratégicos para financiar o crescimento e a operação de empresas de menor porte.

O termo de cooperação foi assinado em Brasília, em 8 de novembro, pelo presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, e os diretores do BNDES Cláudia Prates e Ricardo Ramos. Inicialmente, o acordo prevê que o

atendimento às empresas será realizado por meio dos Núcleos de Acesso ao Crédito (NACs), rede especializada coordenada pela CNI e que está presente em 12 federações estaduais da indústria. Os empresários também poderão buscar informações nos postos de atendimento do BNDES.

A expectativa da CNI é ampliar o conhecimento do setor industrial sobre as linhas de crédito do BNDES, que podem ser destinadas a capital de giro, investimentos, inovação, entre outros. Também estão previstas ações conjuntas de educação para o crédito. “Isso permitirá que o empresário tenha dados para tomar um empréstimo em melhores condições, de acordo com suas necessidades específicas”, explica o gerente-executivo de Política Industrial da CNI, João Emílio Gonçalves.

Para o BNDES, a parceria com a CNI dá capilaridade à atuação do banco

pela estrutura das federações estaduais da indústria. Com isso, amplia-se o alcance do apoio às empresas de micro, pequeno e médio porte, que responderam por 32% dos recursos desembolsados pela instituição, entre janeiro e setembro deste ano, ou R\$ 19,6 bilhões. Ao todo, cerca de 1 milhão de operações foram celebradas.

Como o objetivo dos NACs é disseminar boas práticas, como orientar empresários a utilizar ferramentas de gestão financeira, controlar o fluxo de caixa e estar em dia com as obrigações fiscais e trabalhistas, a parceria com o BNDES permite que as empresas busquem linhas de crédito que sejam mais adequadas a cada um de seus objetivos e suas necessidades. Capital de giro – de curto prazo – para pagamento de despesas correntes ou eventuais déficits de caixa da empresa é um exemplo disso.



O QUE PREVÊ O CONVÊNIO

Atendimento e orientação sobre as linhas de financiamento do BNDES destinadas a empresas de micro, pequeno e médio porte



O QUE GANHA A INDÚSTRIA

Por meio de pessoal treinado pelo BNDES, acesso a informações sobre linhas de crédito disponíveis e sobre quais se adequam às suas necessidades



ONDE ENCONTRAR O SERVIÇO

Postos do Núcleo de Acesso ao Crédito (AL, BA, CE, MA, MG, MT, PB, PE, PR, RN, RS e SP) e em federações com postos de atendimento do BNDES



Foto: Vyacheslav Svetlichnyy / Shutterstock.com

SESI DIVULGA VÍDEOS SOBRE SEGURANÇA NO TRABALHO

Dicas de segurança, com linguagem fácil e acessível. É isso que o internauta vai encontrar, gratuitamente, no portal de educação do Serviço Social da Indústria (SESI), na coletânea de 50 vídeos sobre como aumentar a segurança do trabalho no setor de mineração. De acordo com o diretor de Operações do SESI, Marcos Tadeu de Siqueira, os vídeos fazem parte da série *100% Seguro*, lançada em 2013. Na época, outros cem vídeos foram divulgados com o tema saúde e segurança para a indústria da construção.

Foto: donvictorio / Shutterstock.com

CNI E FOLHA DEBATEM COMÉRCIO EXTERIOR

O jornal *Folha de S. Paulo*, em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), promoveu, em outubro, na capital paulista, o *Fórum Comércio Exterior*, que debateu propostas para ampliar a participação do Brasil no comércio internacional e fortalecer sua integração à economia mundial. Durante o evento, foram discutidos temas como a ampliação do comércio exterior brasileiro e estratégias alternativas para conseguir maior integração do Brasil à economia internacional.

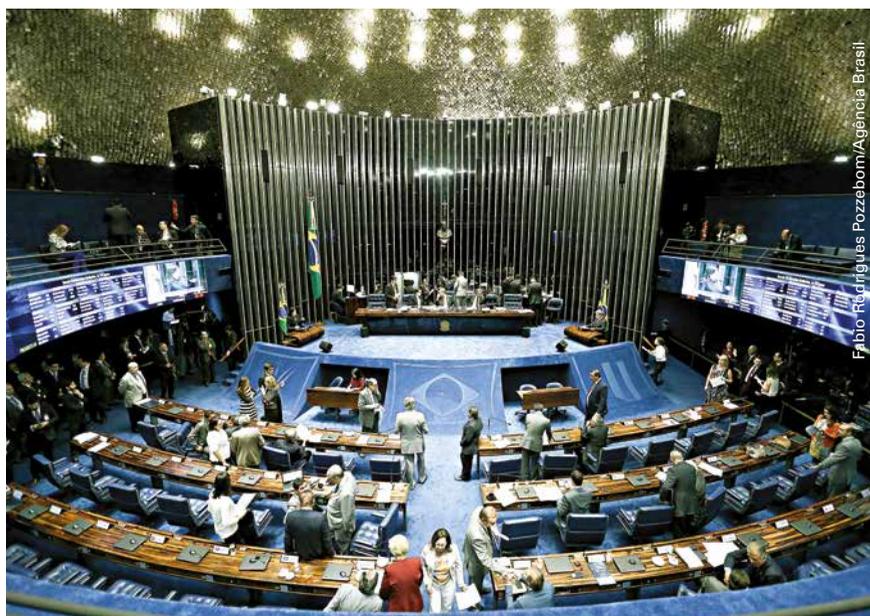


CNI E VALOR ECONÔMICO FAZEM BALANÇO DA INFRAESTRUTURA

A CNI e o jornal *Valor Econômico* realizaram, em novembro, o seminário *Infraestrutura e Desenvolvimento do Brasil*, em Brasília. O evento promoveu uma discussão sobre a retomada dos investimentos no setor, considerados chave para que a economia nacional volte a crescer. Participaram da abertura o presidente da República, Michel Temer, o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade (foto) e o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles.



Foto: Miguel Ângelo/CNI



Fabiano Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

ENTIDADES FIRMAM MANIFESTO EM APOIO À PEC DO TETO DE GASTOS

Nove confederações empresariais, entre elas a CNI, assinaram manifesto em defesa da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 241, aprovada pela Câmara, e renomeada PEC nº 55, em tramitação no Senado, que estabelece um teto ao aumento das despesas públicas. Durante 20 anos, a expansão dos gastos ficará limitada à inflação do ano anterior. “A aprovação da PEC é fundamental para a recuperação da confiança e para a criação de um ambiente mais saudável e propício ao crescimento”, afirma Robson Braga de Andrade, presidente da CNI.

BOAS PRÁTICAS NA REGULAÇÃO SANITÁRIA

O I Seminário Internacional sobre as Boas Práticas Regulatórias, promovido pela CNI e pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), trouxe à tona o debate sobre o atual cenário da regulação no Brasil e as prioridades do setor produtivo brasileiro, e contou com a presença da diretora de Relações Institucionais da CNI, Mônica Messenberg (foto). Durante o evento, ocorrido em Brasília, em novembro, foram apresentadas uma compilação de cerca de 1.200 atos normativos da Anvisa e a Análise de Impacto Regulatório, instrumento para melhorar o resultado da regulação sanitária no país.



VENTO NA POPA

SANÇÃO DA NOVA LEI DO PRÉ-SAL TORNA AMBIENTE MAIS ATRATIVO
PARA VOLTA DE INVESTIDORES PRIVADOS NO SETOR



Anunciada há quase uma década, a descoberta do pré-sal chegou a simbolizar o impulso necessário para o Brasil encurtar o caminho até o sonhado progresso. Agora, passados 10 anos, a promessa, enfim, pode se tornar uma realidade. A sanção pelo presidente da República, Michel Temer, no dia 29 de novembro, da lei que desobriga a Petrobras de ser sócia obrigatória e operadora única de cada projeto no regime de partilha, corrige um dos principais equívocos existentes no marco regulatório do setor de óleo e gás. Com isso, uma injeção de ânimo foi dada nessa atividade econômica, que chegou a responder por 52% do investimento industrial brasileiro.

Presente ao evento de assinatura da nova lei do pré-sal, em Brasília, o presidente da Petrobras, Pedro Parente, afirmou que, sem a obrigação de participar de cada bloco leiloado, a estatal poderá optar pelos blocos que sejam atraentes para a empresa. Além disso, sem a imposição de assumir investimentos

em cada novo bloco, a empresa poderá apressar a exploração de campos já existentes. “Cada campo do pré-sal demanda investimentos de US\$ 10 bilhões”, disse. “Não temos dúvida de que o setor de óleo e gás responderá rapidamente”.

O mercado reagiu positivamente à regra porque, na prática, reabre-se a possibilidade para a realização de novos leilões com investidores privados, formando-se consórcios sem a participação obrigatória da Petrobras. “Foi removido o entrave para que pudéssemos ter novos leilões, o que é um pré-requisito para que se retome a atividade na cadeia produtiva”, explica João Emílio Gonçalves, gerente-executivo de Política Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Ele lembra, ainda, que a renovação, por mais 20 anos, do Repetro — programa que dá incentivos tributários para a compra de equipamentos para o setor e cuja validade expiraria no fim de 2019 — deu um horizonte seguro às empresas

para rearmarem as contas e terem retorno sobre os investimentos.

Segundo o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires, a lei quebra um virtual monopólio que o antigo marco dava à Petrobras. Ao abrir o mercado, pode-se estimular a cadeia produtiva com a entrada de novos compradores de equipamentos e serviços. “Nos últimos anos, a única empresa que fazia encomendas era a Petrobras, que entrou em crise. Todos ficaram reféns e ela arrastou o setor com ela”, analisa.

O governo ainda não sinalizou com um calendário de leilões no regime de partilha, mas alguns números dão a dimensão de como uma nova rodada pode reanimar a economia. A Associação Brasileira das Empresas de Serviço de Petróleo (ABESPetro) estima que, para cada R\$ 1 bilhão investido no setor, 25,6 mil empregos serão criados. Um alento, uma vez que a crise da Petrobras custou 510 mil empregos entre fornecedores e prestadores de serviços, desde 2012.



Foto: Leo Francini / Shutterstock.com



Proporção de idosos na população brasileira deve dobrar nos próximos 30 anos, segundo estudo dos economistas Mansueto Almeida, Marcos Lisboa e Samuel Pessoa



Foto: Nelli Syrotynska / Shutterstock

HORA DA PREVIDÊNCIA

ADIADA POR SUCESSIVOS GOVERNOS, A REFORMA DAS REGRAS DE APOSENTADORIAS E PENSÕES NO BRASIL IMPÕE SUA URGÊNCIA PARA EVITAR UM COLAPSO NAS CONTAS PÚBLICAS

Uma vez finalizada a votação, no Senado, da proposta que limita o aumento dos gastos públicos do governo federal à inflação do ano anterior, a próxima e inevitável etapa do ajuste fiscal implementado pelo governo Michel Temer é a reforma da Previdência Social. “Sem uma mudança forte nessa área, não há como esse ajuste fiscal funcionar”, afirma José Cechin, ex-ministro da Previdência Social.

Atualmente, o Brasil gasta cerca de 13% do Produto Interno Bruto (PIB) com o pagamento de aposentadorias e pensões no regime geral e nos regimes próprios de Previdência – bem acima da média de países com a mesma estrutura etária, nos quais esse tipo de despesa fica em 5%. Entre 1991 e 2014, os gastos com previdência no país aumentaram 4,3 pontos percentuais do PIB, o que representa um alta de 0,19 ponto por ano, no período. “Um aumento como esse é insustentável ao longo do tempo. E, se nada for feito, a tendência é piorar ainda mais”, afirma Cechin.

A proposta que Michel Temer enviou ao Congresso Nacional no dia 6 de dezembro criou idade mínima de 65 anos para aposentadoria de homens e mulheres, com regras de transição para homens acima de 50 anos, e mulheres e professores acima de 45 anos. A reforma também prevê tempo mínimo de contribuição para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) dos atuais 15 anos para 25 anos. Outra mudança sugerida é a aposentadoria compulsória aos 75 anos para homens e mulheres.

A previsão do governo é que o déficit do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), responsável pelo pagamento das aposentadorias do RGPS, fique em torno de R\$ 150 bilhões em 2016, cerca de 2,7% do PIB, e chegue a R\$ 190 bilhões em 2017. O problema, segundo Cechin, é que, no Brasil, as pessoas se aposentam muito jovens. Em média, o trabalhador que se aposenta por tempo de contribuição tem apenas 54 anos e recebe um benefício superior a um salário mínimo. Além disso, explica o ex-ministro, a pessoa

pode acumular sua própria aposentadoria com a pensão do cônjuge que morreu.

“Quando se compara o caso brasileiro com os demais países, é nas pensões que se localiza uma das principais diferenças. O Brasil é, claramente, um ponto fora da curva nas comparações internacionais”, afirma o economista Fábio Giambiagi, especialista em contas públicas e questões previdenciárias. Para ele, as futuras pensões deveriam ser de 50% ou 60% do benefício original, mais um percentual por filho menor, quando for o caso, até o limite de 100% do benefício.

Historicamente, o deficit nas contas do RGPS é resultado de três causas, segundo Giambiagi: 1) o baixo crescimento do PIB, que afetou negativamente as receitas, aumentadas num ritmo menor que as despesas; 2) as regras generosas de concessão de benefícios; e 3) o aumento real do salário mínimo, de mais de 150% nos últimos 22 anos, que impactou dois em cada três benefícios pagos pelo INSS.

Para o economista, não há uma única “bala de prata” para equacionar a questão. “É como uma família que se acostumou a um padrão de gastos que é incompatível com sua receita: não há uma despesa que cortar e sim um conjunto delas”. Segundo Giambiagi, “a reforma precisa definir um conjunto de medidas que fixem idade mínima de aposentadoria e estabeleçam igualdade de regras entre gêneros, aproximação dos critérios adotados pelos regimes urbano e rural e mudança nas normas de concessão de pensões”.

Embora a despesa do INSS como proporção do PIB só tenha subido nos últimos anos, Giambiagi afirma que há um problema fiscal nos regimes próprios de previdência dos estados. “Teremos que ter regras uniformes para uma série de pontos e, provavelmente, mais duras para os regimes próprios. A questão chave é a regra de transição.

O problema do sistema previdenciário no Brasil é agravado, ainda, pela elevação da expectativa de vida, uma vez que aumenta, também, a sobrevida após

a aposentadoria, o que resulta em maiores gastos públicos. Estudo divulgado em 2015 pelos economistas Mansueto Almeida, Marcos Lisboa e Samuel Pessoa mostra que terminou, há alguns anos, o bônus demográfico no Brasil, embora o aumento do número de idosos ainda seja compensado pela entrada de jovens no mercado de trabalho.

Eles argumentam, no texto *O ajuste inevitável*, que o percentual de adultos na população brasileira tem diminuído, enquanto o de idosos tem aumentado, em velocidade que permite prever a duplicação da proporção da faixa etária mais velha nos próximos trinta anos. Com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), eles estimaram que, em 2015, nove trabalhadores ativos (com mais de 15 anos e menos de 65) contribuíam para pagar a aposentadoria de uma pessoa com 65 anos ou mais de idade. Em 2040, serão apenas quatro trabalhadores para pagar cada aposentadoria – caso sejam mantidas as regras atuais.

A PROPOSTA DO GOVERNO PARA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Idade mínima de 65 anos para aposentadoria de homens e mulheres com, no mínimo, 25 anos de contribuição

Proibição do acúmulo de aposentadorias, exceto nos casos previstos na Constituição; vedado o acúmulo de aposentadoria e pensão por morte, ou recebimento de mais de uma pensão por morte pelo cônjuge ou companheiro do segurado falecido

Regra de transição para homens com 50 anos ou mais, e para mulheres e professores com 45 anos ou mais. Nesse caso, deverão cumprir um período adicional de contribuição (pedágio) equivalente a 50% do tempo que, na data de promulgação da Emenda, faltaria para atingir o número de meses de contribuição exigido (35 anos para homens e 30 anos para mulheres)

Aposentadoria compulsória aos 75 anos de idade para homens e mulheres

Reajuste dos benefícios, em caráter permanente, para lhes preservar o valor real

Mudança na fórmula de cálculo dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte

PROJEÇÃO DAS DESPESAS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS)

Dados não incluem gastos com regimes próprios de servidores civis e militares

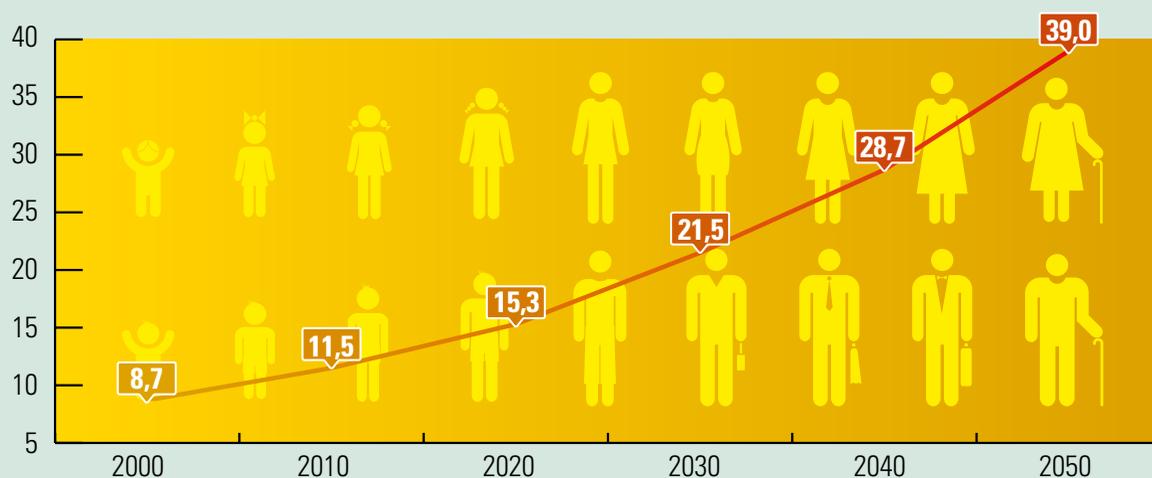


Obs.: Os dados entre 2020 e 2060 são estimativas.

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

POPULAÇÃO BRASILEIRA ESTÁ ENVELHECENDO

População com 65 anos ou mais / População de 15-64 anos



Obs.: Os dados entre 2020 e 2050 são estimativas.

Fonte: Ministério da Fazenda

CONGRESSO APROVARÁ PREVIDÊNCIA EM 2017

PARA O EX-MINISTRO E SENADOR GARIBALDI ALVES, NOVAS REGRAS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DARÃO VIABILIDADE FINANCEIRA AO SISTEMA

Sem uma reforma nas regras do sistema previdenciário, “o Brasil, certamente, terá que repetir o que ocorreu em alguns países da Europa e cortar benefícios”. A opinião é do senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), ministro da Previdência Social entre janeiro de 2011 e janeiro de 2015 (governo Dilma Rousseff), que confia na aprovação de mudanças já no próximo ano. Para ele, a reforma não deve esquecer a equiparação de regras para homens e mulheres e também para os militares, além de alterar as normas para concessão de pensões.

Do ponto de vista econômico, qual a importância da reforma da Previdência Social?

Somente com mudanças nas regras atuais da Previdência Social será possível assegurar, às futuras gerações, o direito de se aposentarem. Como ministro da Previdência Social, tive oportunidade de conhecer a fundo o problema. Os números retratam bem sua dimensão: somente em

2015, a Previdência experimentou um déficit de R\$ 85 bilhões. A estimativa para o déficit esse ano gira em torno de R\$ 150 bilhões. Se algo não for feito para estancar essa sangria de recursos públicos, o Brasil, certamente, terá que repetir o que ocorreu em alguns países da Europa e cortar benefícios.

A fixação de uma idade mínima para aposentadoria no Regime Geral de Previdência Social ajudará a resolver o problema dos déficits crescentes?

Um estudo da consultora Meiriane Nunes Amaro, servidora do Senado Federal, informa que, entre 1988 e 2009, foi multiplicada por três a despesa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), passando a comprometer 7,2% de todo o Produto Interno Bruto (PIB) e quase um terço da despesa primária da União. O estudo também aponta que quase a metade da receita líquida federal é destinada à Previdência, sendo 37% para as aposentadorias do setor privado e 10% para as

de servidores públicos. Se não for adotada uma idade mínima para os futuros contribuintes da Previdência, nós vamos ter realmente um colapso total, porque temos, hoje, uma expectativa de vida na faixa dos 70 anos e os brasileiros se aposentam, em média, com 55 anos. Essa é uma equação que não fecha.

O senhor defende regras iguais para homens e mulheres. Por quê?

A legislação em vigor estipula que as mulheres se aposentam aos 60 anos e os homens aos 65, desde que tenham contribuído, no mínimo, durante 15 anos. Por tempo de contribuição, as mulheres se aposentam com 30 e os homens com 35 anos de aportes. Defendo a necessidade de o Congresso Nacional debater, de forma aprofundada, a unificação das regras de aposentadoria para homens e mulheres e também a fixação de uma idade mínima para ter direito ao benefício. Estudos indicam que a expectativa de vida das mulheres é de, em média, oito anos



Garibaldi Alves defende que os militares sejam incluídos nas mesmas regras dos demais servidores públicos federais

a mais do que a dos homens. Na sociedade moderna, os homens vêm participando cada vez mais das atividades domésticas. Países como a Alemanha e a Inglaterra já acabaram com essa diferenciação. Considero que o assunto deve ser discutido sem preconceitos.

O senhor é a favor da mudança, também, nas regras para concessão de pensões?

Quando fui ministro da Previdência Social, trabalhei para alterar a regra de concessão de pensões. Uma medida provisória (MP) chegou a ser encaminhada ao Congresso Nacional, propondo várias mudanças. Algumas delas foram aprovadas e já estão em vigor. Precisamos retomar algumas propostas daquela MP e viabilizar sua aprovação no Congresso. Entre esses ajustes estão o estabelecimento de carência mínima para o acesso a pensões por morte e a obrigatoriedade de um período mínimo de casamento ou união para se ter direito ao benefício. Também defendo

a instituição de uma fórmula para o cálculo da pensão, que deixaria de ser integral e passaria a ter um valor condicionado à quantidade de dependentes.

E como fica a aposentadoria dos militares?

Uma das principais iniciativas dos últimos tempos na busca do equilíbrio das contas previdenciárias foi adotada no período em que fui ministro da Previdência Social. Estou me referindo à criação da previdência complementar para o servidor público e à equiparação do teto dos servidores públicos com os trabalhadores da iniciativa privada. Naquela ocasião, os militares foram excluídos da alteração. Defendo que seja debatida a possibilidade de uma revisão na aposentadoria dos profissionais das Forças Armadas.

Como resolver o problema dos estados, que estão enfrentando dificuldades para pagar pessoal, inclusive os inativos?

A exemplo do que o governo federal está tentando fazer, os estados devem equilibrar as suas contas. Para isso, medidas de austeridade precisam ser colocadas em prática com urgência. A aprovação da reforma da Previdência contribuirá, decisivamente, para amenizar a crise que atinge a maioria dos estados e municípios brasileiros.

Reforma da Previdência é sempre um tema polêmico. O senhor avalia que há possibilidade de aprovar mudanças em 2017?

Acredito, sim, que o Congresso aprovará a reforma da Previdência no próximo ano. Nós, deputados e senadores, somos conscientes da nossa responsabilidade e não estamos alheios à crise que o país está enfrentando. Resolver esse problema não é uma questão política ou ideológica, mas uma necessidade que se impõe para o bem do Brasil. Os números são expressivos e demonstram que uma solução não pode mais ser adiada.

PEC DOS GASTOS EXIGE MUDANÇA NA PREVIDÊNCIA

DARCÍSIO PERONDI DIZ QUE TETO DE GASTOS LOGO IMPEDIRÁ O PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES CASO AS REGRAS NÃO SEJAM MUDADAS

Se as regras não mudarem, a Previdência Social não terá dinheiro para pagar os aposentados dentro de alguns anos, diz o deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS). Vice-líder do governo Michel Temer, ele defende uma idade mínima de 65 anos para homens e mulheres se aposentarem, com regras de transição para quem tem mais de 50 anos. “É preciso fazer isso senão os aposentados não irão receber. Eles vão chegar ao banco com o cartão de aposentado, vão colocar o cartão no caixa e o dinheiro não vai sair. Como no Rio de Janeiro ou como na Grécia. A definição de uma idade mínima é irreversível, inevitável”, afirma Perondi, que foi relator na Câmara dos Deputados da proposta que limitou a correção dos gastos públicos à inflação do ano anterior.

Qual a importância da reforma da Previdência Social?

É uma reforma fundamental. Sob o ponto de vista econômico, é importante dada a repercussão que tem na despesa primária do governo. Para os aposentados atuais e

futuros, é uma forma de garantir o pagamento dos benefícios. São essas as duas maiores razões. Na penúria fiscal em que vive a União, a Previdência ocupa 42% de toda a despesa. Este ano, o déficit da Previdência federal urbana deve ficar em R\$ 140 bilhões. Não há dinheiro. Essa é uma das causas do aumento da dívida interna, do buraco fiscal e do aumento da dívida interna bruta.

Há também fatores demográficos que recomendam a reforma, não?

Exatamente. Cada vez estão nascendo menos crianças, em torno de 1,6 filhos por mulher contra quatro a seis filhos por mulher anteriormente. Além disso, com o avanço da medicina, as pessoas estão vivendo mais, têm mais longevidade e a expectativa de vida cresce a cada ano. Hoje temos mais jovens no mercado de trabalho. Dentro de alguns anos, vai começar a dobrar o número de idosos e haverá menos jovens no mercado. Como nosso sistema é de contribuição, o atual trabalhador paga para o atual aposentado. No

futuro, faltarão jovens no mercado para sustentar essa extraordinária despesa.

Mas o governo já começou a controlar suas despesas por meio da PEC do teto de gastos.

A PEC não fica em pé sem a reforma da Previdência, sua irmã gêmea. Então, se passa a PEC e não passa a reforma da Previdência, no máximo em quatro anos, os aposentados não irão receber. A previdência rural, para oito milhões de agricultores, arrecada R\$ 10 bilhões por ano e o governo gasta R\$ 104 bilhões. O déficit da previdência pública, de militares e civis federais, é de R\$ 70 bilhões. Outro ponto importante: as pensões e os benefícios continuados ficaram sem controle nenhum nos últimos cinco anos, quando os gastos subiram de R\$ 5 bilhões para R\$ 40 bilhões anuais. Há um descontrole absoluto no sistema de pensões.

A fixação de uma idade mínima vai ajudar a resolver o déficit da Previdência?



Foto: Leonardo Prado / Câmara dos Deputados

Perondi quer desvincular benefícios assistenciais do salário mínimo

Há, no mundo, apenas cinco países que não usam idade mínima. Todos os demais estabeleceram uma idade mínima para a aposentadoria, que passa de 65 anos para homens e mulheres. Isso é irreversível. A idade mínima é uma condição essencial, ou seja, 65 anos para homens e mulheres. O governo vai respeitar o direito adquirido. Todos os países fizeram isso há dez, quinze anos. É preciso fazer o mesmo, porque senão os aposentados não irão receber. Eles vão chegar ao banco com o cartão de aposentado, vão colocar o cartão no caixa e o dinheiro não vai sair. Como no Rio de Janeiro ou como na Grécia. A definição de uma idade mínima é irreversível, inevitável.

O senhor é a favor da mudança, também, das regras para concessão de pensões?

Urgentemente. É preciso mexer nas pensões. Outra coisa fundamental é a desvinculação dos benefícios assistenciais do salário mínimo, o que não sei se virá nessa reforma. Nenhum país do mundo

dá isso. Vamos ter de tirar essa vinculação. O idoso deve ganhar a inflação e não pode ter ganhos reais. Não há dinheiro para isso.

E a previdência dos militares, precisa mudar?

O militar tem a aposentadoria e a situação de reformado. Ele se aposenta cedo, mas o reformado pode ser chamado. Não sei se o governo vai mandar, na proposta de reforma da Previdência, mudanças nas regras dos militares. Eu defendo que eles também devem entrar na reforma porque há dois tipos: o militar reformado, que pode ser chamado, e o aposentado. Mas os dois saem mais cedo da ativa e eles precisam ficar mais.

Como resolver o problema dos estados, que estão enfrentado dificuldades até mesmo para pagar pessoal, inclusive os inativos?

Acho que tem de aumentar a contribuição dos servidores, civis e militares. Sem isso, há o risco de não receberem no futuro.

Houve reformas nos últimos anos, mas não foram definidoras nos estados. E há municípios que nem fundos de previdência têm. O quadro de previdência e pensão nos estados é grave.

A reforma da Previdência sempre foi um tema polêmico. O senhor acredita que é possível aprovar mudanças já em 2017?

A PEC do teto de gastos não fica de pé sem a reforma da Previdência e os deputados já aprovaram essa primeira etapa. Devemos levar uns seis meses para aprovar essa reforma da Previdência porque nem todos os deputados estão conscientes de sua necessidade. Nesse sentido, é importante esclarecer, inclusive dentro das empresas, que, se isso não for feito, o governo atrasará o pagamento dos funcionários mais à frente. E o governo fez a opção de não aumentar impostos. Sem a reforma da Previdência, não haverá recursos para pagar as aposentadorias atuais e futuras.

NOVA EXIGÊNCIA TRIBUTÁRIA

ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL CONHECIDA COMO BLOCO K DEMANDA INFORMAÇÕES SOBRE MOVIMENTAÇÃO DE ESTOQUE NAS EMPRESAS

O sistema tributário brasileiro, já nada simples, ganhará novo capítulo na virada do ano. A Escrituração Fiscal Digital do Livro de Registro do Controle da Produção e do Estoque, ou apenas Bloco K, entra em vigor em 1º de janeiro de 2017 para empresas com faturamento anual superior a R\$ 300 milhões.

Essa mudança é parte do processo de informatização de dados tributários prestados pelo contribuinte e de aprimoramento dos controles do Fisco, conhecido como Sistema Público de Escrituração Digital (Sped). A nova regra - Bloco K - exige que as empresas brasileiras forneçam informações detalhadas do estoque movimentado. Em outras palavras, o Fisco poderá cruzar as quantidades produzidas com os insumos que deram entrada no inventário.

Apesar da nova exigência, a burocracia adicional é pequena, diante do que se previa inicialmente. Pelo cronograma original, as empresas teriam de

fornecer informações muito detalhadas de cada processo produtivo, com informações sobre os insumos utilizados, previsão de perdas e a quantidade produzida, criando uma espécie de “ficha” para cada mercadoria.

“O nível de detalhe seria tão grande e a complexidade da ferramenta, tamanho que seria quase impossível aplicar o Bloco K com segurança nas empresas”, explica Flávio Castelo Branco, gerente-executivo de Política Econômica da Confederação Nacional da Indústria (CNI). “Se o Fisco entendesse que havia discrepâncias entre os dados em algum processo produtivo, a empresa estaria sob sério risco de ser autuada por sonegação fiscal ou outra irregularidade tributária”, alerta.

Diante dessa ameaça, a CNI e associações da indústria passaram o ano buscando convencer as receitas federal e dos estados a postergar o início do Bloco K. Castelo Branco lembra que as empresas já fizeram pesados investimentos no

desenvolvimento de sistemas para atender às exigências do Bloco K, mas muitas incertezas ainda permaneciam.

Em setores como o de máquinas e equipamentos, por exemplo, em que empresas costumam produzir peças e componentes de acordo com especificações de cada cliente, isso tem significado mapear centenas – até milhares – de processos produtivos. Na indústria química, tamanho detalhamento pode colocar em risco o segredo industrial, uma vez que a informação prestada ao Fisco representaria a própria fórmula de um produto.

A decisão de exigir apenas uma versão “light” do Bloco K foi formalizada na última reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), no início de dezembro, após longas negociações. Este foi o segundo adiamento do programa, atendendo a demandas da indústria. Para 2017, as negociações permanecem para definir como serão aplicadas as exigências para empresas com faturamento acima de R\$ 78 milhões.



Foto: Sérgio Lima / CNI

Para Flávio Castelo Branco, gerente-executivo de Política Econômica da CNI, “ferramenta é complexa”

OS RISCOS DO BLOCO K

O QUE É



O Bloco K do Sped Fiscal torna eletrônico e informatizado o Livro de Controle de Produção e Estoque das empresas, que contém informações necessárias para apuração de tributos como o ICMS e o IPI

QUANDO COMEÇA



Em 1º de janeiro de 2017, para empresas com faturamento anual acima de R\$ 300 milhões

PROBLEMAS E RISCOS



Necessidade de mapear e descrever todos os processos produtivos da empresa, que podem chegar a milhares;

Inaplicável a processos produtivos que não são padronizados, como o refino de petróleo;

Impossibilidade de atendimento às exigências do modelo;

Complexidade do sistema, podendo elevar o risco de autuação e de multas.

Foto: Monkey Business Images / Shutterstock.com

COMPETITIVIDADE

EUROPA, SIM

BRASIL AVANÇA NAS NEGOCIAÇÕES
DE ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO
MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA





Grillo (BDI) elogia “papel construtivo” assumido pelo governo brasileiro

A conjuntura política e econômica do Brasil e da Europa favorece as negociações para a conclusão do Acordo de Associação Mercosul-União Europeia (UE). O diagnóstico é de Carlos Eduardo Abijaodi, diretor de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que prevê a assinatura do documento em dois anos. “Os investimentos da UE no Mercosul são altos. A afinidade comercial existe. O que precisamos é trabalhar por um acordo moderno, e não por um pacto baseado em tarifas”, comenta.

O tema foi debatido durante o 34º Encontro Econômico Brasil-Alemanha (EEBA), organizado pela CNI e pela Confederação Alemã da Indústria (BDI), na cidade de Weimar, em 17 e 18 de outubro. Ao discursar no evento, o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, convocou os setores empresariais de Brasil e Alemanha a serem mais vocais no apoio ao acordo. “A CNI tem acompanhado ativamente as negociações com vistas à conclusão (do acordo). Conhecemos os

temas sensíveis existentes, mas temos a certeza de que o acerto, de modo geral, seria bom para todos os países”, declarou Andrade.

Para Abijaodi, o Brasil teve grandes chances de acelerar o processo. Ele lembra que a UE mantém tratados com países da América Latina, como Peru, Colômbia e México, e discute o Acor-

do de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP) com os Estados Unidos. “A Argentina e o Brasil, os dois maiores da América do Sul, têm afinidades em termos de inserção internacional. Do lado brasileiro, há motivação e ânimo diferentes. Existe uma realidade distinta, hoje, quando sentamos

à mesa de negociações”. O diretor da CNI crê que a saída do Reino Unido da União Europeia pode mostrar ao bloco a necessidade de diversificar os parceiros comerciais. “É uma oportunidade para o Brasil”, aposta.

Ulrich Grillo, presidente da BDI, diz ver com bons olhos o “papel construtivo” assumido pelo governo brasileiro nas negociações. “Para a indústria alemã, o Acordo UE-Mercosul está entre as prioridades da política comercial. O sucesso desse acordo de livre comércio traria ímpeto às relações econômicas”, reconhece, ao admitir que a recente rodada de negociações, realizada em outubro, em Bruxelas, injetou otimismo para as próximas discussões. “Acredito ser

viável a conclusão do acordo em um futuro não muito distante. O que precisamos é de bom acesso mútuo ao mercado para bens e serviços e aos contratos públicos”. Segundo Grillo, a economia do Brasil passa por uma transformação estrutural e precisa abrir novos mercados consumidores.

“Conhecemos os temas sensíveis existentes, mas temos a certeza de que o acerto, de modo geral, seria bom para todos os países”

Robson Braga de Andrade, presidente da CNI

do de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP) com os Estados Unidos. “A Argentina e o Brasil, os dois maiores da América do Sul, têm afinidades em termos de inserção internacional. Do lado brasileiro, há motivação e ânimo diferentes. Existe uma realidade distinta, hoje, quando sentamos

BRASILEIROS QUEREM ACORDO COM JAPÃO

GOVERNO MICHEL TEMER GERA OTIMISMO QUANTO AO AVANÇO DE NEGOCIAÇÕES COM JAPONESES PARA A CELEBRAÇÃO DE ACORDOS DE FACILITAÇÃO COMERCIAL

Pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) com 51 grandes exportadores revela que 83% das empresas brasileiras que têm negócios com o Japão defendem o acordo de livre de comércio com o país asiático. A expectativa é de que o pacto amplie o mercado para bens e serviços brasileiros junto àquele mercado.

De acordo com Carlos Eduardo Abijaodi, diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, o Japão é aliado estratégico do Brasil, graças ao alto nível de tecnologia dos produtos e de educação dos consumidores. "Trata-se de um parceiro para o qual temos de olhar de forma diferenciada", opina o diretor.

O primeiro passo para a assinatura do acordo foi dado há já 20 anos, com a criação do Comitê de Cooperação Econômica Brasil-Japão, entidade que reúne empresários brasileiros e japoneses e tem por finalidade debater a relação comercial. Em 2014, houve a assinatura de um memorando e a CNI e o Keidanren, entidade homóloga no Japão, se comprometeram a estudar as bases para um acordo futuro, o que avançou muito nos últimos dois anos.

O comitê criou um programa de trabalho e apontou seis temas a serem contemplados na negociação: Acordo de Parceria Econômica; Acordo de Facilitação e Cooperação de Investimentos; Atualização da Convenção para Evitar a Dupla Tributação; Facilitação do Fluxo de Pessoas e Cargas; Facilitação de Comércio; e Propriedade Intelectual.

A CNI também avalia que o governo brasileiro se engajou no diálogo com os japoneses e expôs interesse em discutir o acordo. Segundo a entidade, a gestão de Michel Temer gerou expectativas para o fortalecimento do comércio bilateral.

Sede da Keidanren, homóloga da CNI no Japão, onde negociações poderão avançar



Foto: Wikipedia

DOIS PASSOS PARA TRÁS



ÍNDICE DE CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO INDUSTRIAL RECUA POR DOIS MESES CONSECUTIVOS, PONDO EM DÚVIDA A RECUPERAÇÃO DO OTIMISMO

Depois de cinco meses de recuperação, a confiança dos empresários caiu em duas pesquisas seguidas. Em novembro, o *Índice de Confiança do Empresário Industrial* (ICEI) registrou 51,7 pontos, uma queda de 0,6 ponto frente a outubro. No acumulado dos dois últimos meses, contudo, o indicador registra queda de 2,0 pontos, voltando a se aproximar da linha divisória de 50 pontos, valor limite entre a confiança e a falta dela.

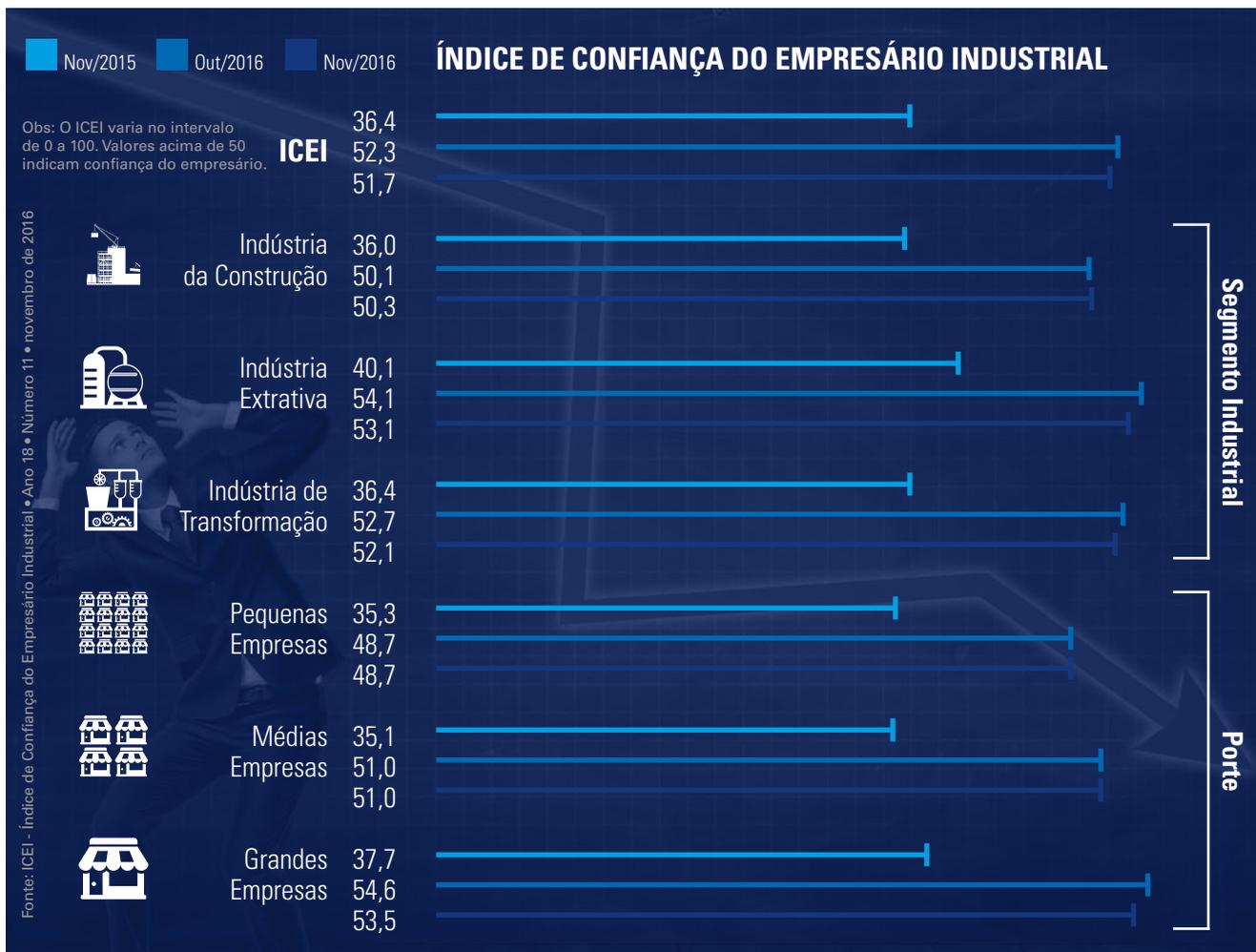
Esse desempenho do ICEI se deve às perspectivas para o futuro. O índice de

expectativas para os próximos seis meses permanece acima dos 50 pontos – ou seja, mostra otimismo –, mas registrou queda de 1,0 ponto em novembro, acumulando recuo de 2,9 pontos nos últimos dois meses. No mesmo período, o índice de condições atuais manteve-se praticamente estável, oscilando dentro da margem de erro, ainda que abaixo da linha divisória de 50 pontos, o que denota piora das condições de negócios.

Os maiores índices de confiança estão nas grandes empresas, com 53,5

pontos. Por segmento, a indústria extrativa é a mais confiante, com 53,1 pontos. Em relação às condições atuais, o índice de confiança é maior na empresa do que na economia brasileira, na comparação com os últimos meses. No caso do próximo semestre, o índice de confiança também é maior para a empresa.

A pesquisa foi realizada com 2.951 empresas, sendo 1.162 de pequeno porte, 1.124 de médio porte e 665 de grande porte. Os dados foram coletados entre os dias 1º e 11 de novembro de 2016.



PRODUÇÃO NA INDÚSTRIA ESTAGNADA

SONDAGEM INDUSTRIAL MOSTRA QUE RECUPERAÇÃO DA ATIVIDADE NA INDÚSTRIA AINDA É INCERTA E ESPECIALISTAS DIVERGEM QUANTO AO FIM DA RECESSÃO



Quase um terço do parque industrial brasileiro ficou ocioso em outubro, segundo dados da última edição da Sondagem Industrial

Se a economia brasileira está em situação ruim, com queda prevista de 3% no Produto Interno Bruto (PIB) em 2016, conforme estimativas do mercado financeiro, a indústria está em dificuldades ainda piores. Em outubro, a produção industrial, que costuma crescer no mês, manteve-se ao nível de setembro, deixando inalterado o estado de ociosidade de parte do parque industrial brasileiro.

No décimo mês do ano, o índice de evolução da produção do setor ficou em 45,8 pontos, conforme a pesquisa *Sondagem Industrial*, divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em novembro. Depois de ficar estável em 46,6 pontos em junho e julho e subir em agosto para 50,8 pontos, o indicador de setembro caiu para 45,8 pontos, mesmo nível observado em outubro.

Nos últimos cinco anos, o índice de evolução da produção de outubro

superou 50 pontos em 2012, 2013 e 2014. Já o índice de evolução do número de empregados recuou 0,7 ponto no mês, caindo para 45,8 pontos. Apesar da queda, o índice ainda é 3,6 pontos superior ao registrado no mesmo mês de 2015, o que indica um menor ritmo na queda do emprego industrial. Os indicadores da pesquisa variam de zero a 100 e, quando estão abaixo de 50, indicam queda na produção e no emprego.

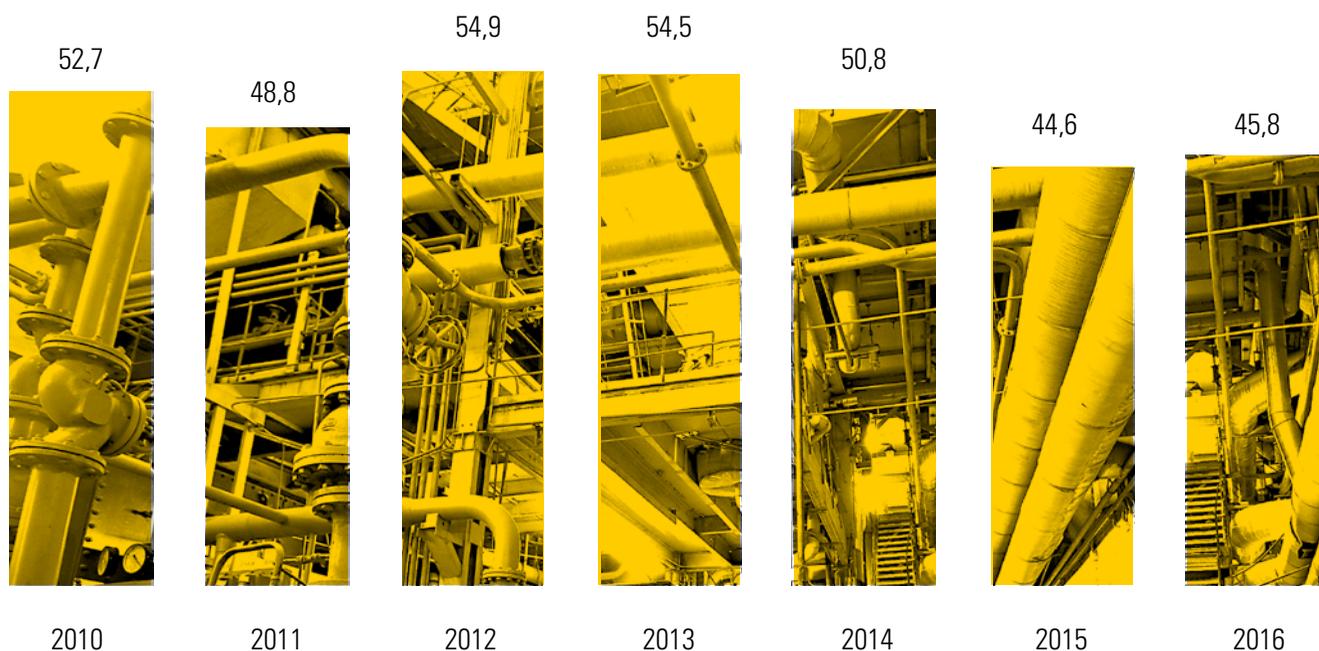
Uma avaliação da consultoria 4E mostra que, apesar dos dados de atividade do terceiro trimestre terem decepcionado, uma recuperação, ainda que lenta, deve acontecer no quarto trimestre de 2016. A consultoria estima que esse novo ciclo de crescimento deverá ser acompanhado de uma retomada mais forte de investimentos, enquanto o consumo das famílias aumentará no mesmo ritmo da variação do PIB.

“O primeiro semestre de 2017 ainda poderá ser muito ruim, mas a economia deverá melhorar a partir do segundo semestre do próximo ano”, aposta Miguel José Ribeiro Bueno, diretor da Associação Nacional dos Executivos de Finanças (Anefac). Segundo ele, o desemprego ainda está muito elevado, com cerca de 12 milhões de pessoas paradas. Bueno estima que, apesar da recuperação prevista, na melhor das hipóteses, o ano de 2017 verá um crescimento econômico de 0,5%.

Os dados da pesquisa *Sondagem Industrial* mostram que quase um terço do parque industrial ficou ocioso em outubro. O indicador de nível de utilização da capacidade instalada (UCI) caiu de 66% em setembro para 65% em outubro, 1 ponto percentual inferior a outubro de 2015, e um dos mais baixos da série histórica mensal que começou em janeiro de 2011. Entre 2010 e 2014, contudo, a UCI superava 70%.

ÍNDICE DE EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO NOS MESES DE OUTUBRO (2010-2016)

Índice de difusão (0 a 100 pontos)



O indicador varia no intervalo de 0 a 100. Valores acima de 50 indicam crescimento da produção frente ao mês anterior. Perfil da amostra: 2.371 empresas, sendo 979 pequenas, 862 médias e 530 grandes. Período de coleta: 1º a 11 de novembro de 2016

NÍVEIS DE ESTOQUE ENTRE O PESSIMISMO E O OTIMISMO

Refletindo o baixo nível de atividade econômica, os estoques da indústria, em outubro de 2016, permaneceram inalterados. O índice de evolução dos estoques registrou 49,9 pontos, enquanto o índice de estoques efetivo/planejado ficou em 50,6 pontos, de acordo com a pesquisa *Sondagem Industrial*. Estoques ajustados indicam que a produção voltará a crescer assim que a demanda aumentar. Os índices de evolução dos estoques e de estoques efetivo/usual variam de 0 a 100 pontos. Valores acima dos 50 pontos indicam alta dos estoques ou estoques acima do planejado para o mês.



Evolução dos estoques

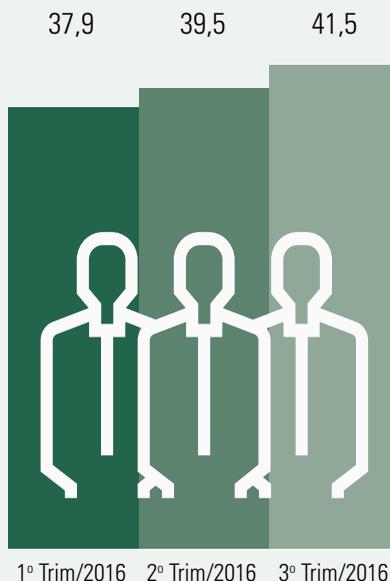


Fonte: Sondagem Industrial • Ano 19 • Número 10 • outubro de 2016

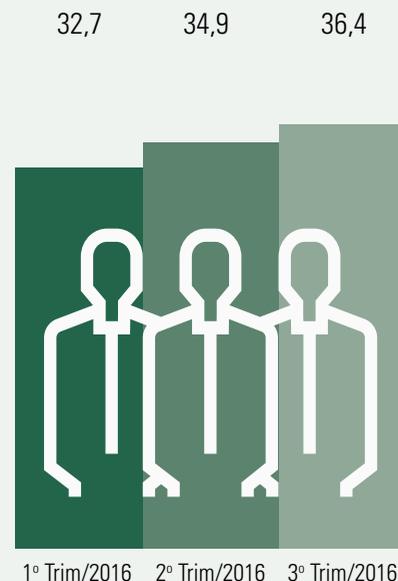
EMPRESÁRIOS AINDA INSATISFEITOS COM RESULTADO FINANCEIRO

Após atingirem seus níveis mínimos históricos no primeiro trimestre, os índices de satisfação com a margem de lucro operacional e com a situação financeira aumentaram pelo segundo trimestre consecutivo, conforme a pesquisa *Sondagem Industrial* de setembro. Enquanto o índice de satisfação com a margem de lucro passou de 32,7 para 36,4 pontos, entre o primeiro e o terceiro trimestre, o de situação financeira subiu de 37,9 para 41,5 pontos no mesmo período. Os índices variam de 0 a 100 pontos e valores menores que 50 indicam insatisfação com a margem de lucro operacional ou com a situação financeira.

Satisfação com a situação financeira



Satisfação com o lucro operacional



Fonte: Sondagem Industrial • Ano 19 • Número 9 • setembro de 2016

SOBRAM TRIBUTOS E FALTA DEMANDA, DIZEM EMPRESÁRIOS

A elevada carga tributária e a demanda interna insuficiente continuam no topo do ranking de principais problemas enfrentados pela indústria no terceiro trimestre de 2016. Em terceiro lugar, encontra-se a taxa de juros, problema apontado por 27,9% dos respondentes. Em seguida, aparecem problemas que afetam as condições financeiras das empresas: inadimplência dos clientes, falta de capital de giro e falta/alto custo da matéria-prima. A taxa de câmbio, que já foi um problema apontado por 28,7% dos entrevistados no primeiro trimestre de 2015, recuou pelo segundo semestre, caindo para 14,1%.

Principais problemas enfrentados pela indústria no 3º trimestre de 2016

ELEVADA CARGA TRIBUTÁRIA (43,7%)



DEMANDA INTERNA INSUFICIENTE (41,8%)



TAXAS DE JUROS ELEVADAS (27,9%)



Na pesquisa, é solicitado que o empresário marque até três itens que constituíram problemas reais para a empresa. Desta forma, a soma dos percentuais supera 100%.

Fonte: Sondagem Industrial • Ano 19 • Número 9 • setembro de 2016

Expectativas da Indústria

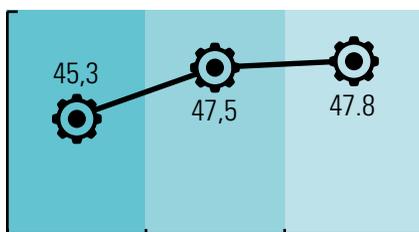
INDÚSTRIA GERAL



MÉDIO PORTE



PEQUENO PORTE



GRANDE PORTE



■ Nov/2015 ■ Out/2016 ■ Nov/2016

EXPECTATIVA SOBRE DEMANDA PIORA EM NOVEMBRO

Os empresários reavaliaram suas expectativas em novembro. Após acomodação em outubro, todos os índices de expectativa recuaram na passagem do mês. O índice de expectativa da demanda recuou de 52,3 pontos para 49,9 pontos, praticamente na linha divisória de 50 pontos. Isto é, os empresários, que estavam levemente otimistas com relação à demanda para os próximos seis meses, agora esperam manutenção da demanda por seus produtos. O índice de expectativa da quantidade exportada caiu 1,2 ponto, de 50,8 pontos para 49,6 pontos. A queda foi maior nas empresas de médio e grande porte.

Os indicadores variam no intervalo de 0 a 100 pontos. Valores acima de 50 indicam expectativa positiva. Quanto maior o índice, maior a propensão da indústria a investir.

Fonte: Sondagem industrial • Ano 19 • Número 10 • outubro de 2016

Sector 1	Sector 2	Sector 3	Sector 4	Sector 5
\$ 31 555,00	\$ 82 710,00	\$ 38 338,00	\$ 4 132,00	\$ 7 450,00
\$ 56 032,00	\$ 43 685,00	\$ 37 129,00	\$ 14 003,00	\$ 6 995,00
\$ 88 728,00	\$ 34 549,00	\$ 52 101,00	\$ 19 228,00	\$ 22 756,00
\$ 27 862,00	\$ 15 001,00	\$ 7 307,00	\$ 28 764,00	\$ 80 780,00
\$ 21 764,00	\$ 9 822,00	\$ 60 496,00	\$ 38 825,00	\$ 55 000,00
\$ 53 225,00	\$ 30 359,00	\$ 29 905,00	\$ 12 281,00	\$ 69 415,00
\$ 16 477,00	\$ 27 178,00	\$ 42 545,00	\$ 58 929,00	\$ 49 100,00
\$ 47 572,00	\$ 15 818,00	\$ 42 796,00	\$ 79 164,00	\$ 78 919,00
\$ 41 374,00	\$ 39 266,00	\$ 11 922,00	\$ 22 903,00	\$ 73 526,00

Expectativas sobre desemprego, com alta a 12,4%, ainda não são, contudo, animadoras

SINAIS DE QUE O PIOR JÁ PASSOU

A DESEJADA RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA NÃO VIRÁ NO ANO QUE VEM, SEGUNDO PROJEÇÕES DA CNI E DO MERCADO. DEPOIS DE DOIS ANOS DESASTROSOS, PRINCIPAIS NÚMEROS SUGEREM REAÇÃO TÍMIDA, EM MEIO À PIORA NO DESEMPREGO

De dois anos consecutivos de redução do Produto Interno Bruto (PIB), a economia brasileira deve começar a se recuperar em 2017, em especial a partir do segundo semestre. O crescimento econômico deverá ser de apenas 0,5%, alavancado por pequena alta de 2,3% nos investimentos, crescimento de 3,1% das exportações e expansão de 1,3% no PIB da Indústria, conforme estimativas da pesquisa *Informe Conjuntural – Economia Brasileira*, divulgada em dezembro pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). O consumo das famílias deverá ficar praticamente estagnado, com alta de apenas 0,2%.

Esse cenário, contudo, depende do desfecho de uma série de iniciativas governamentais nos campos político e econômico. O ritmo de recuperação está condicionado, por exemplo, ao andamento das reformas propostas pelo governo Michel Temer, em especial o da proposta que limita a correção dos gastos públicos

à inflação passada, já aprovado na Câmara dos Deputados, e das mudanças nas regras da Previdência Social. “A grave crise fiscal é o fator de maior desestabilização da economia, que atinge não apenas o governo federal, mas também, com intensidade crescente, os governos subnacionais. A queda da atividade reduziu as receitas tributárias, mas a fonte principal do desequilíbrio fiscal está no forte crescimento real do gasto público dos últimos anos”, diz o documento.

Segundo o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, “a indústria brasileira vai começar a se recuperar em 2017, mas o crescimento mesmo será retomado a partir de 2018”. Para ele, “o grande desafio, no próximo ano, será combinar o foco no ajuste fiscal com uma melhora na eficiência microeconômica. Sem avanços simultâneos nas duas agendas não se constrói o ambiente econômico de estímulo à produção, à elevação da produtividade e ao investimento

privado”. Braga de Andrade lembra, ainda, que é importante avançar na agenda da competitividade, recuperar a capacidade de investimento das empresas e ampliar a presença brasileira no mercado internacional.

Segundo Flavio Castelo Branco, gerente-executivo de Política Econômica da CNI, em 2016 registrou-se o terceiro ano seguido de retração nos investimentos, o que tem fragilizado o setor. “A redução do faturamento e o aumento do endividamento elevaram o comprometimento das receitas operacionais com o serviço da dívida. Isso limita a capacidade de reação das empresas, mesmo na presença de melhora gradual no ambiente econômico”, diz ele. Em 2016, os investimentos tiveram uma queda superior a 11%.

O desempenho da atividade econômica no terceiro trimestre de 2016, pior do que o esperado, também levou diversos analistas a reduzirem a previsão de crescimento do PIB em 2017. Para Octávio de



Foto: Miguel Ângelo / CNI

Segundo Robson Braga de Andrade, o crescimento só será retomado a partir de 2018

Barros, economista-chefe do Bradesco, o resultado deverá ser uma expansão de apenas 0,3%; antes ele previa uma alta de 1%. Em 2016, segundo ele, o PIB deverá registrar uma queda de 3,4%.

Para Barros, o consumo está muito fraco por causa do desemprego, que tem subido muito rapidamente, e a alta dos investimentos no segundo trimestre não se sustentou, com uma forte queda de 3,1% no terceiro trimestre. Além disso, as exportações em quantidade também voltaram a cair nos últimos meses. Há, ainda, incertezas sobre o andamento do ajuste fiscal no Congresso Nacional e

o cenário externo ficou menos favorável com a eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos.

Segundo o economista Luiz Eduardo Ungarelli Rizo, “é muito cedo para fazer uma avaliação definitiva sobre o governo Trump, mas há indícios na direção de medidas protecionistas”. Rizo diz que o novo presidente americano pode elevar tarifas de importações e, com isso, afetar países emergentes. Mas ele não acredita que o Brasil será afetado diretamente. “Esse tipo de medida pode ser positiva para os Estados Unidos e gerar maior crescimento (lá), uma vez que está muito

lento no governo Barack Obama”, afirma.

No cenário externo, de acordo com Rizo, é importante olhar ainda para as eleições presidenciais na França e na Alemanha, países em que candidatos com discurso mais protecionista vêm conquistando espaço entre os eleitores. “Tudo isso contribuiu para deixar o cenário de 2017 muito nebuloso”, diz o economista. “Diante dessas incertezas, muitas empresas poderão postergar as decisões de investimentos”, avalia.

A cautela também define relatório divulgado pelo departamento econômico do Bradesco no final de novembro. “Os dados correntes mais fracos, a piora adicional no mercado de trabalho, a discrepância entre as aberturas de situação atual e as expectativas nas sondagens de consumidores e empresários e a interrupção de melhora das condições financeiras favorecem um cenário de retomada razoavelmente mais lenta do que antecipávamos”, informa o documento.

Mais pessimista, Juan Jensen, da consultoria 4E, diz que o PIB de 2017 deverá ter uma queda 0,2%. “A turbulência política segue afetando o tempo e a velocidade da recuperação econômica”, observa. Para ele, o desempenho do PIB no terceiro trimestre de 2016 foi ruim, mas dentro do esperado. “A notícia ruim é que a recuperação da confiança dos últimos meses não se transformou em maior nível de atividade econômica. A nossa avaliação é que o ambiente político e a incerteza futura é que fazem com que a atividade não reaja, sobretudo os investimentos”.

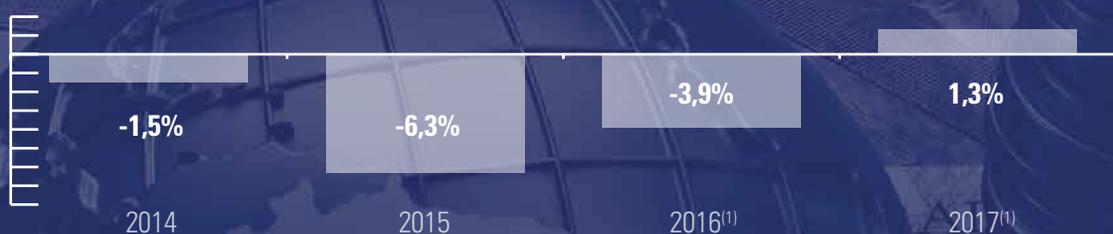
Já a inflação deve recuar mais fortemente. Octávio de Barros, do Bradesco, espera um Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 4,7% em 2017. “O menor crescimento econômico deverá produzir uma inflação mais próxima da meta, o que permitirá ao Banco Central ser mais agressivo em seus cortes de juros”. Para ele, a taxa básica de juros (Selic), hoje em 13,75% anuais, deverá fechar o próximo ano em 10,25%, pouco abaixo dos 10,75% previstos na pesquisa da CNI. Na ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) de 2016, o BC já sinalizou que os juros devem cair num ritmo mais elevado no próximo ano.

A EXPECTATIVA DA CNI PARA A ECONOMIA EM 2017

1. PIB DEVE CRESCER 0,5%



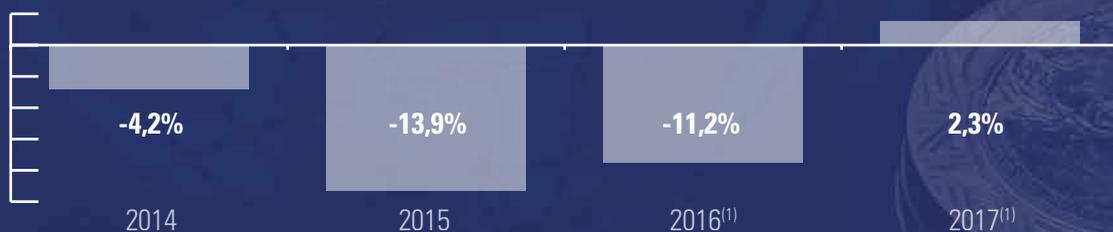
2. PIB INDUSTRIAL SUBIRÁ 1,3%



3. CONSUMO DAS FAMÍLIAS ESTÁVEL



4. VARIAÇÃO POSITIVA NO INVESTIMENTO



5. DESEMPREGO PIORA



⁽¹⁾ Previsão

Fonte: Informe Conjuntural - Economia Brasileira - Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Marcelo Caetano

DIREITOS ADQUIRIDOS SERÃO RESPEITADOS

MARCELO CAETANO, SECRETÁRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, DIZ QUE NÃO HÁ RAZÃO PARA CORRER, POIS MUDANÇAS SÓ AFETARÃO QUEM AINDA NÃO TEM DIREITO

Enviada ao Congresso Nacional na primeira semana de dezembro, a proposta de reforma da Previdência Social, que prevê uma idade mínima de 65 anos para aposentadoria de homens e mulheres, deve ser votada por deputados e senadores até o início do segundo semestre de 2017, conforme expectativa do economista Marcelo Caetano, secretário de Previdência Social do Ministério da Fazenda. “A reforma não pretende produzir superávit, mas tornar estável, no longo prazo, o gasto com previdência”, afirma.

Qual a importância de fixar uma idade mínima de aposentadoria aos 65 anos para os brasileiros?

A reforma da Previdência foi pensada pelo governo tendo em vista dois nortes principais: a sustentabilidade do sistema e a equidade. O Brasil apresenta um envelhecimento da população em ritmo acelerado que, se por um lado, é uma boa notícia, pois vive-se mais, por outro, há uma crescente pressão sobre as contas da Previdência.

Como isso ajuda a reduzir o déficit das contas públicas?

Em 2015, o déficit foi de mais de R\$ 85 bilhões, somente no Regime Geral (Instituto Nacional do Seguro Social) e, este ano, a previsão é de que chegue a R\$ 152 bilhões. Some-se a isso o fato de que o Brasil é um dos poucos países do mundo que mantém uma aposentadoria por tempo de contribuição, cuja idade média é menor que 55 anos. Isso faz com que, em muitos casos, o tempo que o segurado passa contribuindo para o sistema seja menor que o período que passa recebendo a aposentadoria. E, ao falecer, ainda pode gerar pensão. Por isso, um dos pilares da reforma é estabelecer uma idade mínima, fixada na PEC (Proposta de Emenda Constitucional) em 65 anos de idade para todos, trabalhadores e servidores, homens e mulheres, respeitando, é claro, os direitos adquiridos. Também foi apresentada uma regra de transição para tornar mais suave a passagem para a nova situação. Em relação às contas, é preciso observar que, somado à complicada conjuntura que o

país vive, há um problema estrutural grave. A previdência do Regime Geral representa 8% do Produto Interno Bruto (PIB) e, se nada for feito, esse percentual pode se tornar explosivo. Então, a reforma não pretende produzir superávit, mas tornar estável, no longo prazo, o gasto com previdência.

É realmente necessário igualar as regras para aposentadorias de homens e mulheres?

A ideia da reforma é tratar todos de forma igualitária. Considera-se que as mulheres trabalham mais porque também se dedicam mais fortemente aos afazeres domésticos, cuidados com os filhos etc. Porém, sob o ponto de demográfico, elas vivem mais. Mas, houve o cuidado de, na transição, manter uma diferença de cinco anos entre homens e mulheres para que as regras convirjam no futuro.

O governo está propondo mudar, também, a fórmula de cálculo das aposentadorias, hoje com base em 80% das maiores contribuições.



Caetano diz que as medidas propostas deverão auxiliar os estados e municípios em suas reformas

Qual a importância dessa medida e qual o seu impacto do ponto de vista financeiro?

A mudança proposta pelo governo mantém uma reposição inicial de 76%, que será calculada pela média dos salários de contribuição. A taxa de reposição, com a nova regra, estará muito próxima do que se tem atualmente. Se levássemos em conta um estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que tratou da reposição, essa taxa está entre as maiores nos países da América Latina e entre as maiores do mundo.

Essa nova fórmula valerá, também, para os trabalhadores que vão passar pelas regras de transição?

Sim. As regras de transição têm pontos de partida diferentes, mas os benefícios serão calculados pela nova fórmula, ressaltados os casos de direitos adquiridos.

Outra mudança importante é no valor das pensões. Qual o objetivo?

Também são poucos os países que

repõem integralmente o valor das pensões. No geral, leva-se em conta que, ao falecer, diminuem as despesas familiares, pois haverá uma pessoa a menos na residência. Certamente, há despesas que não caem, como é o caso do aluguel, mas poderíamos citar, como exemplo, remédios, água, luz, telefone etc. Então, essa é a lógica que rege a pensão no mundo inteiro.

Como fica a situação de quem já está aposentado ou preenche os critérios para pedir aposentadoria?

Nada muda. Como o presidente Michel Temer afirmou, em reuniões antes do anúncio da reforma, os direitos adquiridos são "inatacáveis". Desse modo, os aposentados e pensionistas atuais nada precisam fazer; seus benefícios estão garantidos e quem já completou as condições de requerer a aposentadoria não precisa correr. Poderá solicitar, em qualquer tempo, o benefício pela regra atualmente em vigor ou, se preferir e for mais favorável, dependendo do caso, pela regra nova.

De que maneira a proposta ajuda a melhorar a situação das contas dos estados e municípios?

As medidas propostas para os servidores públicos têm repercussão geral, ou seja, irão auxiliar os estados e municípios que estão pressionados pelos gastos previdenciários. A reforma também estabelece um prazo para que seja implantado o sistema de Previdência Complementar e, a partir daí, deverá ser obedecido o teto do INSS para os benefícios dos servidores.

O governo trabalha com qual estimativa de prazo para aprovação da proposta pelo Congresso Nacional?

A reforma já se encontra sob análise dos congressistas e obedecerá aos prazos regimentais do Congresso Nacional, onde acontecerá o debate sobre a questão que interessa a todos. A expectativa é de que, ao final do primeiro semestre ou início do segundo semestre de 2017, a matéria tenha sido apreciada pelos deputados e senadores.



SENAI-CE APLICA MODELO DE EDUCAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

O Serviço Nacional da Indústria (SENAI) do Ceará vai levar, para Moçambique, seu modelo de educação profissional voltado à gestão de conhecimentos específicos em áreas tecnológicas como construção civil e metalmeccânica. Durante missão institucional à África, a gerente da Unidade de Educação (UNED), Priscilla Marques (foto), e o especialista técnico da área de construção civil, João Luis Teixeira, apresentaram o projeto desenvolvido e propuseram ações de aprimoramento ao modelo de educação profissional moçambicano.

DF PRETENDE QUALIFICAR 191 MIL TRABALHADORES

O Distrito Federal deve qualificar, entre 2017 e 2020, cerca de 191 mil trabalhadores em ocupações industriais nos níveis técnico e superior. O objetivo é capacitar profissionais, empregados ou não, para novas oportunidades no mercado que atendam, direta ou indiretamente, ao setor industrial, como atividades de serviços ou comércio, a exemplo das áreas de construção civil, tecnologias da informação e comunicação, meio ambiente e produção, entre outras.

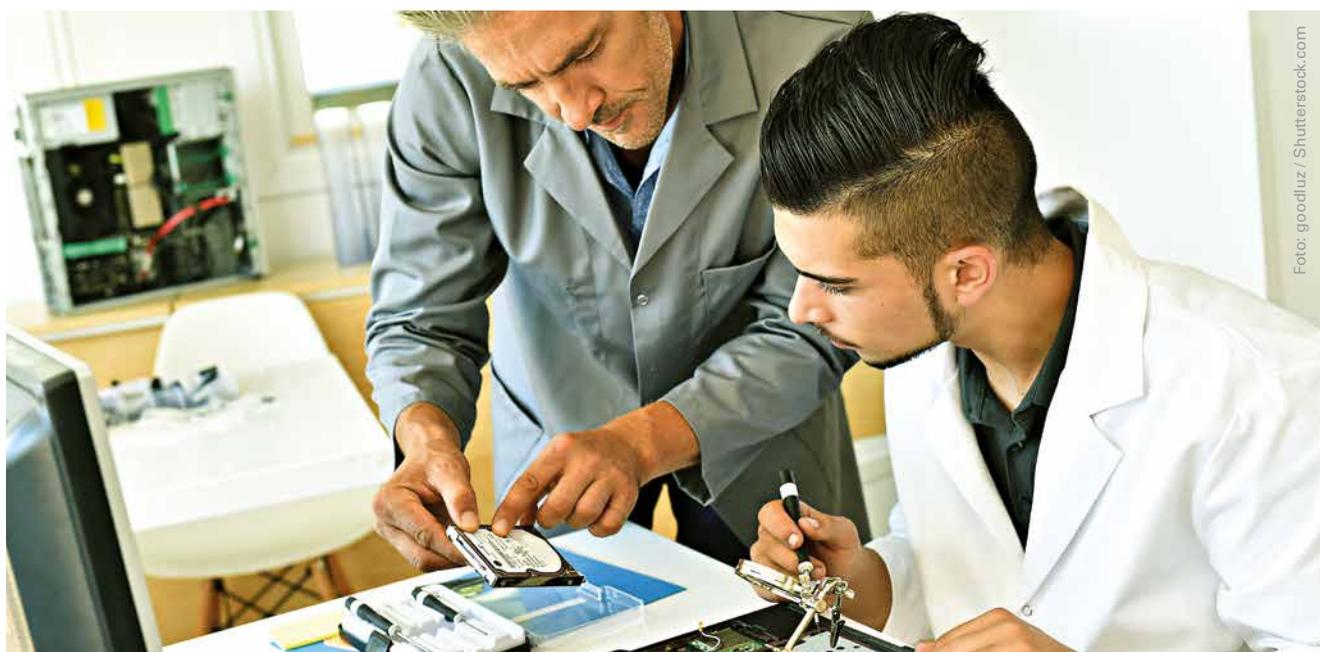


Foto: goodluz / Shutterstock.com

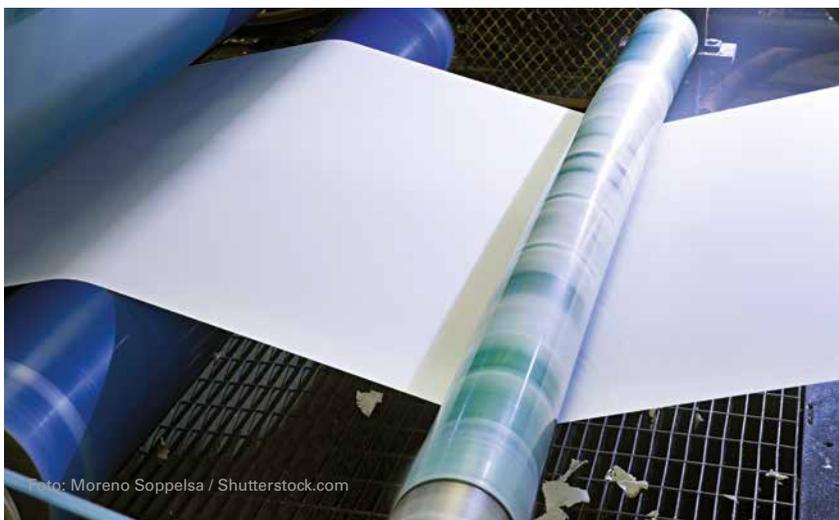


Foto: Moreno Soppelsa / Shutterstock.com

FIEMS ACREDITA EM MANUTENÇÃO DE PARCERIA COM EUA

A eleição do empresário Donald Trump como sucessor de Barack Obama, na presidência dos Estados Unidos (EUA), não abalou a confiança do presidente da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul (Fiems), Sérgio Longen, que acredita na manutenção da parceria comercial do estado com os norte-americanos. Os EUA são o 9º maior comprador de produtos industrializados sul-mato-grossenses, gerando um consumo superior a US\$ 71,5 milhões anuais – o equivalente a 92% de toda a exportação industrial do estado para aquele país. A celulose é o principal produto adquirido.

Foto: Arthur to / Wikipedia



FIBRA INCENTIVA USO RACIONAL DE ÁGUA

Com o slogan “Sem Água, a Indústria Para”, a Federação das Indústrias do Distrito Federal (Fibra) quer sensibilizar o setor produtivo local a fazer uso consciente da água em suas instalações. A campanha visa a esclarecer empresários e colaboradores do Sistema Fibra sobre a importância da adoção de práticas sustentáveis para a racionalização da água. Para isso, sugere dicas simples de economia, como a prática habitual de aproveitamento da água da chuva, a troca ou reparação de equipamentos defeituosos e a recirculação interna da água.



BALANÇA COMERCIAL DE TO ENCOLHE NO 3º TRIMESTRE

A Federação das Indústrias do Estado do Tocantins (Fieto) divulgou os resultados da balança comercial do terceiro trimestre de 2016. As exportações somaram US\$ 584 milhões, valor 35,3% inferior ao registrado no mesmo período de 2015. Já as importações atingiram quase US\$ 79 milhões, total 45% menor em relação ao mesmo trimestre do ano passado. Os dois principais itens – soja e carne bovina congelada – sofreram queda de 33% e 22%, respectivamente, enquanto couro e pele bovinos aumentaram 80%. Merece destaque o item “resíduos da extração do óleo de soja”, que obteve 8,4% de participação na pauta, em 2016.

HORIZONTE DE INCERTEZAS

A ascensão do republicano Donald Trump à Casa Branca é uma incógnita para a economia mundial, especialmente em relação a antigos parceiros econômicos. Para Ben Digby, diretor internacional da CBI – entidade empresarial britânica –, “o presidente eleito deve continuar empenhado em construir e desenvolver a parceria política e comercial com o Reino Unido”, uma vez que é o maior investidor estrangeiro nos Estados Unidos (EUA). As empresas britânicas empregam mais de 1 milhão de pessoas por lá.



Foto: charnsitr / Shutterstock.com



Foto: slev radin / Shutterstock.com

NA AMÉRICA LATINA...

Queda do peso no México. Na Bolívia, o presidente Evo Morales diz, no Twitter, que, nos Estados Unidos (EUA), “valem mais as armas que os votos”. Na Argentina, o jornal La Nación lembra que o país teve uma relação de altos e baixos com os Estados Unidos na era Kirchner. As reações foram muitas, antes mesmo do resultado final das eleições norte-americanas. Agora, com Donald Trump (foto) eleito presidente, a maioria dos analistas ouvidos considera incerto o futuro diplomático entre Estados Unidos e América Latina.

ARGENTINA COM ECONOMIA EM BAIXA

Apenas as indústrias agroquímica e de biodiesel da Argentina devem encerrar este ano com alta de 35% em seus resultados, segundo a empresa de consultoria econômica, Abeceb. Todo o restante do setor econômico tende a ter queda aproximada de 18%. A estimativa de alta se deve ao aumento da área plantada, no caso dos agroquímicos, enquanto os bons números da produção de biodiesel refletem o crescimento das exportações para os Estados Unidos. A consultoria apontou, ainda, que “a construção civil na Argentina fechará 2016 com queda de 8,7%, devido ao atraso na execução das obras públicas, principalmente”.



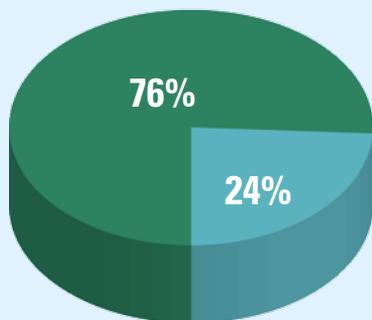
Foto: nexus 7 / Shutterstock.com

GÊNERO AINDA DESAFIA EMPRESAS BRASILEIRAS

A maioria das empresas brasileiras ainda enfrenta a questão da equidade de gênero em suas corporações. É o que aponta estudo inédito da Câmara Americana de Comércio (Amcham), realizado com 350 diretores e executivos de empresas, divulgado em outubro.

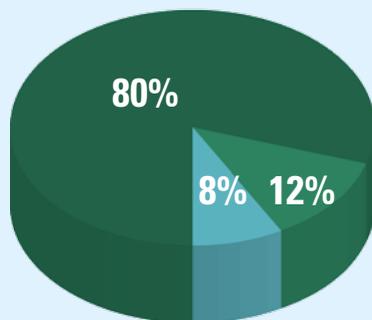


Foto: Valery Sidelnykov / Shutterstock.com



PARA **76%** DOS ENTREVISTADOS, HOMENS E MULHERES NÃO SÃO TRATADOS DE FORMA IGUALITÁRIA.

SÓ **24%** AVALIAM DE FORMA SATISFATÓRIA A IGUALDADE DE GÊNERO.



PARA **80%**, ESSA DIFERENÇA É PERCEBIDA NA PROMOÇÃO DE NOVAS LIDERANÇAS, COM MAIOR NÚMERO DE HOMENS EM NÍVEL GERENCIAL.

OUTROS **12%** CONSIDERAM A SELEÇÃO O MOMENTO DE MAIOR DISCRIMINAÇÃO, COM PREFERÊNCIA POR GÊNERO E NÃO POR COMPETÊNCIA.

JÁ **8%** DOS ENTREVISTADOS VEEM DESIGUALDADE NA FASE DE TREINAMENTO.

Fonte: Amcham

ALEMANHA ATRAI OLHARES DO ORIENTE

A Alemanha tem sido atraente destino para investidores da Ásia-Pacífico. Só este ano, 450 novos projetos de investimento, de um total de 1,9 mil, vieram dessa região. Uma melhoria das condições de acesso ao mercado, em alguns países asiáticos, reforçaria a troca de informações e experiências nos dois sentidos. Assim pensa o ministro da Economia e Tecnologia da Alemanha, Sigmar Gabriel, que vê nos acordos bilaterais entre União Europeia e Ásia uma "chance de que novos projetos sejam desenvolvidos na Alemanha".

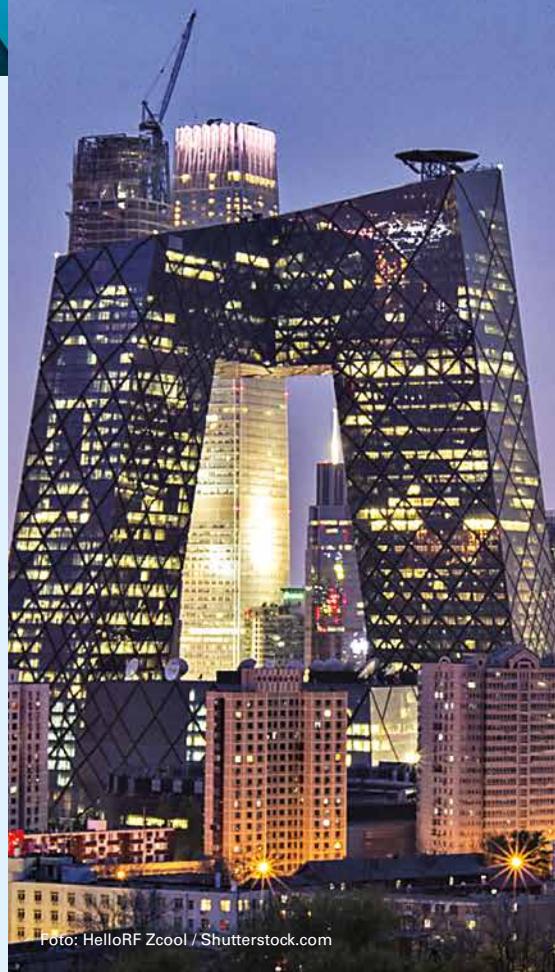


Foto: HelloRF Zcool / Shutterstock.com

MAPA DO TRABALHO



BRASIL TERÁ DE QUALIFICAR 13 MILHÕES DE TRABALHADORES ATÉ 2020, SOBRETUDO NAS ÁREAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, MEIO AMBIENTE, METALMECÂNICA E ALIMENTOS

Uma pesquisa divulgada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) indica que o Brasil terá de qualificar 13 milhões de trabalhadores do setor industrial, até 2020, para atender à demanda de áreas como a construção civil, o meio ambiente, a metalmecânica e a de alimentos. Os dados do *Mapa do Trabalho Industrial 2017-2020*, anunciados em novembro, mostram que o treinamento não será apenas em cursos de nível técnico, mas também nos de educação superior.

A pesquisa faz projeções do mercado e tem como objetivo embasar o planejamento da oferta de formação profissional do SENAI para os próximos anos. Além disso, serve de auxílio aos jovens que estão na iminência de escolher uma profissão e ingressar no mercado de trabalho. Para o diretor-geral do SENAI e diretor de

Educação e Tecnologia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Rafael Lucchesi, conhecer as necessidades do mercado é fundamental para o planejamento da oferta de formação profissional. “O profissional qualificado tem mais chances de manter o emprego e também pode conseguir uma nova vaga quando a economia voltar a crescer”, afirma.

Lucchesi acredita que o Brasil enfrenta um grave problema de produtividade devido à formação precária. “Precisamos de cinco brasileiros para ter a mesma produtividade de um trabalhador norte-americano, e isso afeta a competitividade das empresas. Um dos fatores é a educação, regular ou básica, e a profissional”, disse.

Assim também pensa o professor da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo (USP), Hélio Zylberstajjn, que vê a necessidade de se mudar a

regra do ensino no país para se alcançar excelência no mercado de trabalho.

Segundo ele, há dois pontos que precisam de investimento: “primeiro, uma reforma no ensino médio com enfoque na área técnico-profissional. Culturalmente, o ensino técnico é desvalorizado no país e isso tem de mudar. No Brasil, valoriza-se o ingresso em uma universidade, mas o que se vê são milhões de formados, por ano, que saem do mundo acadêmico sem emprego”.

Zylberstajjn aponta, em segundo lugar, a necessidade de se adotar, maciçamente, um sistema dual de ensino, como ocorre na Alemanha e na Coreia do Sul, com parcerias entre escola e empresa, não apenas na indústria, mas nos setores de serviços, comércio e agrícola.

Ele defende, ainda, uma mudança na legislação trabalhista para acompanhar o modo como o mundo prepara e trata seus trabalhadores.



ONDE ENCONTRAR CURSOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

O SENAI oferece, a cada ano, 3,5 milhões de vagas

A maioria é em cursos de aprendizagem industrial, aperfeiçoamento profissional, qualificação profissional e cursos técnicos de nível médio

Desde 1942, já formou mais de 68 milhões de brasileiros



Foto: Miguel Ângelo / CNI

Para Rafael Lucchesi, educação precária afeta produtividade brasileira

ÁREAS COM MAIOR DEMANDA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL ATÉ 2020



Construção (3,8 milhões)



Meio Ambiente e Produção (2,4 milhões)



Metalmecânica (1,7 milhão)



Alimentos (1,2 milhão)



Vestuário e Calçados (974.592)

Energia (661.619)



Tecnologias da Informação e Comunicação (611.241)



Veículos (435.742)



Petroquímica e Química (327.629)



Madeira e Móveis (258.570)



Presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, defende educação para a Indústria 4.0 e para as profissões do futuro



OLIMPÍADA DO CONHECIMENTO

EVENTO DE 2016, REALIZADO EM BRASÍLIA, MOSTRA QUE EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO É MOLA PROPULSORA DA INOVAÇÃO E DA PRODUTIVIDADE



OLIMPÍADA DO CONHECIMENTO

SENAI SESI

Casas automatizadas e de baixo impacto ambiental. Carros não poluentes. Roupas multifuncionais para a família, incluindo o cachorro de estimação. Tudo isso pode parecer coisa do futuro, mas foi realidade atual na Olimpíada do Conhecimento 2016, nona edição da maior competição do ensino profissional das Américas, ocorrida em Brasília, de 10 a 13 de novembro.

Pela primeira vez na história do evento, realizado a cada dois anos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e pelo Serviço Social da Indústria (SESI), os alunos dos cursos técnicos competiram em equipes, além de fazerem provas individuais. As equipes competiram em sete áreas técnicas: Construção e

Edificação; Transporte e Logística; Moda e Criatividade; Tecnologias de Manufaturas; Serviços; Tecnologias da Informação e Comunicação; e Engenharias Agrícola e Pecuária.

Durante os quatro dias, foram executados projetos que, além da construção de casas e carros sustentáveis, incluíram a elaboração de alimentos em cardápios saudáveis, soluções para o aumento da produção leiteira a partir do conforto dos animais e o desenvolvimento de novos aplicativos. Venceram os melhores e mais inovadores.

Para o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, os desafios mostraram a preparação dos alunos para a nova realidade

do mercado de trabalho e as demandas da indústria. “Estamos caminhando para a Indústria 4.0. Em cinco anos, teremos profissões que não existem hoje. Por isso, precisamos investir na educação voltada para o mundo do trabalho, para termos uma produtividade compatível com o que vai ser o futuro”, afirmou.

Maior interatividade com o público marcou essa edição das Olimpíadas. Mais de 118 mil pessoas visitaram a estrutura de 50 mil metros quadrados montada no centro da capital federal. Os 1.200 competidores também se enfrentaram em disputas individuais. “A Olimpíada é uma grande vitrine das profissões técnicas e uma mostra da excelência da educação profissional oferecida nas



Foto: Diego Campos / CNI

Equipes reunidas para construção de casas inteligentes, um dos mais dinâmicos desafios do evento

escolas do SENAI”, resumiu o diretor-geral do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Rafael Lucchesi.

De acordo com o Ministério da Educação, no Brasil, apenas 11% dos jovens entre 15 e 17 anos fazem educação profissional com a educação regular. A média nos países desenvolvidos é superior a 50%.

O setor privado avalia que a educação profissional pode alavancar a produtividade e o crescimento do Brasil. Embora a produtividade também envolva padrão técnico da empresa, salários e dinâmica do mercado, há consenso de que a produtividade tem ligação estreita com a educação regular e profissional.

De mãos dadas durante a Olimpíada, educação e inovação deram exemplos de como mudar o dia a dia das pessoas. A mostra *Inova SENAI* apresentou 30 projetos de alunos e docentes do SENAI com ideias modernizadoras. Após a análise de uma banca de especialistas e de uma votação popular, foram premiados projetos como a adaptação da máquina de costura industrial para deficientes, de modo a que seja controlada pelo operador com as mãos, em lugar dos pés, o desenvolvimento de substância (TPE-S) que, misturada

ao pó raspado do pneu, torna o produto final da indústria de plástico mais sustentável, e uma muleta dobrável com amortecimento e apoio axilar ergonômico.

“Ter uma população mais bem formada, com um viés mais empreendedor e inovador, além do acesso aos recursos do ecossistema, faz com que o Brasil possa chegar mais perto daqueles países que hoje estão na liderança econômica”, comentou o consultor de Planejamento Estratégico da Votorantim Cimentos, Júlio Ribeiro Neto, um dos integrantes da banca julgadora do *Inova SENAI*.

Na tenda da Escola *SESI/SENAI* do Futuro, o público conheceu tecnologias usadas pelas duas instituições em salas de aula e pôde, por exemplo, testar simuladores e aplicativos de realidade aumentada.

Diferentes palestras atraíram muita gente, como a do blogueiro Hugo Gloss (Bruno Rocha) e da youtuber Jout Jout (Julia Tolezano), considerados fenômenos da internet por terem milhões de seguidores nas redes sociais. Eles falaram sobre o crescimento do marketing digital.

Os caminhos para a educação do futuro foram foco de debates com especialistas em mercado de trabalho e

empresários defendendo mais apoio ao ensino técnico.

A exposição *Arte do Ofício* também chamou a atenção. Ferramentas e materiais usados pelo homem ao longo da história foram apresentados em documentos históricos, obras de arte, jogos interativos e vídeos exibidos em tela 360°. A mostra comparou as profissões de centenas de anos com as atuais. Para o idealizador, Cláudio de Moura Castro, não se trata de um museu, mas de uma escola. “A *Arte do Ofício* usa as tecnologias para ensinar uma história e mostrar o aspecto prático”, explicou.

Os alunos de Moda tiveram a chance de apresentar minicoleções, desfiladas por modelos profissionais, durante o *SENAI Brasil Fashion*. Os estudantes foram orientados por grandes nomes da moda, como Alexandre Herchcovitch e Lenny Niemeyer.

E não faltou ação no *Festival SESI de Robótica*. Nele, 54 equipes de escolas públicas e do SESI, formadas por estudantes de 9 a 16 anos, encontraram, na robótica, uma maneira divertida de aprender matemática, química e física e lições como a importância do trabalho em equipe.



Correalização



Realização

Foto: Sérgio Lima / CNI

Hugo Gloss (C) e Jout Jout falaram sobre influenciadores digitais



Foto: Sergio Dutti / CNI

Festival de Robótica



Foto: Sérgio Lima / CNI

Desafio em equipe: Elaborar cardápio saudável



Foto: Adriano Machado / CNI

Interatividade



Foto: Adriano Machado / CNI

Desafio em equipe: Sustentabilidade automotiva



Foto: Miguel Ângelo / CNI

Exposição A Arte do Ofício



Foto: Miguel Ângelo / CNI

Design de moda



Museu da República foi palco do Brasil Fashion

A OLIMPÍADA EM NÚMEROS

118.754 visitantes
8.800 profissionais envolvidos
1.200 competidores
130 escolas visitantes
50 mil m² de área total
28 empresas patrocinadoras
27 competidores com alguma deficiência



DESAFIOS POR EQUIPE

240 competidores
166 avaliadores
25 ocupações em 7 áreas técnicas (Construção e Edificação; Transporte e Logística; Moda e Criatividade; Tecnologias de Manufaturas; Serviços; Tecnologias da Informação e Comunicação; e Engenharias Agrícola e Pecuária)



DESAFIOS INDIVIDUAIS

138 competidores
23 ocupações



PREMIAÇÃO

300 medalhas e 7 troféus distribuídos



CONHEÇA O SISTEMA INDÚSTRIA

CNI

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) representa 27 federações de indústrias e mais de 1.200 sindicatos patronais, aos quais são filiadas quase 700 mil indústrias. Desde sua fundação, em 1938, atua na articulação com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e com entidades e organismos no Brasil e no exterior.

SESI

O Serviço Social da Indústria (SESI) oferece, desde 1946, soluções para as empresas industriais brasileiras por meio de uma rede integrada, que engloba atividades de educação, segurança e saúde do trabalho e qualidade de vida.

SENAI

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) é um dos cinco maiores complexos de educação profissional do mundo e o maior da América Latina. Desde 1942, seus cursos já formaram quase 70 milhões de trabalhadores profissionais para a indústria.

IEL

O Instituto Euvaldo Lodi (IEL) prepara as empresas brasileiras para um ambiente de alta competitividade. Criado em 1969, oferece soluções em gestão corporativa, educação empresarial e desenvolvimento de carreiras.

MÍDIAS SOCIAIS

CNI

<https://www.facebook.com/cnibrasil>
<https://www.flickr.com/photos/cniweb>
<https://instagram.com/cniabr/>
https://twitter.com/cni_br
<https://www.linkedin.com/company/cni-brasil>

SENAI

<https://www.facebook.com/senainacional>
https://www.instagram.com/senai_nacional/
<https://twitter.com/senainacional>
<https://www.youtube.com/user/senaibr>

SESI

<https://www.facebook.com/SESINacional>
<https://www.youtube.com/user/sesi>
<https://www.linkedin.com/company/sesi-nacional>

IEL

<https://www.facebook.com/IELbr>
<https://www.instagram.com/ielbr/>
https://twitter.com/iel_br
<https://www.linkedin.com/company/iel-nacional>



Iniciativa da CNI - Confederação
Nacional da Indústria



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA